

UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO

Moacir Motta da Silva

**ONTEM, CONFRONTOS E CONFLITOS; HOJE, MONUMENTOS:
O LEVANTE DOS POSSEIROS DE 1957 E SEUS MONUMENTOS
NA FRONTEIRA SUDOESTE DO PARANÁ**

**PASSO FUNDO
2013**

Moacir Motta da Silva

ONTEM, CONFRONTOS E CONFLITOS; HOJE, MONUMENTOS:
O LEVANTE DOS POSSEIROS DE 1957 E SEUS MONUMENTOS
NA FRONTEIRA SUDOESTE DO PARANÁ

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Passo Fundo, como requisito parcial e final para obtenção do grau de mestre em História, sob a orientação da Prof^ª Dra. Isabel Aparecida Bilhão.

PASSO FUNDO
2013

Ficha catalográfica elaborada pelo(a) bibliotecário(a) responsável da Biblioteca Central da
UPF

Deverá ir no verso da folha de rosto

(SOMENTE NA VERSÃO FINAL DA DISSERTAÇÃO – APÓS-DEFESA)

Dedico este trabalho a todos que souberam como empunhar as armas para atingir seus objetivos, demonstrando que não somente a violência em torno de um único objetivo consegue a vitória, mas também que a união dos oprimidos enfraquece o “forte” e fortalece os “fracos”.

Agradeço a Deus, que não desiste de mim jamais, a toda minha família, que faz com que os problemas do dia a dia se tornem momentos menos desagradáveis. A minha esposa, Keila Fiorese da Silva, pelo incentivo e carinho. Aos meus filhos, Milena e Henrique, pelo carinho a mim dedicado. A meus Pais, pelo incentivo e pelas noites de sono perdido enquanto eu viajava até a Universidade. A meu Irmão, Claudemir, pelo incentivo financeiro nos custeios de meus estudos, ao meu grande amigo Samuel Crestani, pelos momentos bons e ruins que passamos durante toda a nossa caminhada. E, finalmente, à minha orientadora, Isabel Bilhão, que soube transformar os problemas em conhecimentos.

“É muito melhor lançar-se em busca de conquistas grandiosas, mesmo expondo-se ao fracasso, do que alinhar-se com os pobres de espírito, que nem gozam muito nem sofrem muito, porque vivem numa penumbra cinzenta, onde não conhecem nem vitória, nem derrota.”

(Theodore Roosevelt)

RESUMO

A presente pesquisa, que trata sobre os conflitos e confrontos na fronteira Sudoeste do Paraná, numa análise observando as diferentes versões construídas acerca da Revolta dos Posseiros de 1957 na região de fronteira tendo o embate cultural de migrantes e caboclos durante a Marcha para o Oeste instituída pelo Presidente e Vargas, neste enfoque apresentar os monumentos na fronteira. Pois com o desfecho do conflito criou-se uma memória oficial que transformou o conflito em um símbolo histórico da região Sudoeste do Paraná, pretende-se ainda apresentar os crimes acontecimentos relacionados à Revolta dos Posseiros de 1957 especialmente sobre os conflitos ocorridos na faixa de fronteira, procurando compreender os embates entre colonos e jagunços ocorridos nesta faixa territorial. Desta forma pretende-se demonstrar que os conflitos ocorreram na grande maioria nesta região, apresenta-se também a instalação do Cartório de Registro de Imóveis não fora criado na obscuridade para o registro da escritura em favor da CITLA, e sim fora instalado em função da Comarca que havia sido instalada. Analisando as diferentes versões, ou seja, as narrativas da época, a memória oficial e as memórias oficiais individuais construídas sobre o conflito, buscou-se identificar aspectos mal explicados e informações ignoradas sobre os acontecimentos, que marcaram a região principalmente no âmbito político que, na apresentação dos “heróis” da Revolta dos Posseiros de 1957 dada a Walter Pecoits e Ivo Thomazoni reverteram suas participações no levante em dividendos políticos em nível local e regional. Conclui-se analisando os monumentos erigidos para comemorar o cinquentenário da Revolta dos Posseiros: o Monumento das Sete Cruzes de Pranchita e o monumento feito em homenagem aos Pioneiros em Capanema. Observa-se que o monumento não é algo exigido pelos colonos, e sim que se configura numa forma pela qual o poder público se vale de sua construção para colher benefícios próprios, utilizados em seu meio político.

Palavras-chave: Fronteira, Monumentos, Liderança, Política.

ABSTRACT

This research, which deals with the conflicts and clashes in the west of Paraná border in a review noting the different versions built about Squatters Revolt of 1957 in the border region with the cultural clash of migrants and mestizos during the March to the West established the President and Vargas, this approach submit the monuments on the border. For with the outcome of the conflict it created an official memorial to the conflict turned into a historic symbol of the Southwestern region of Paraná, we intend to submit the events related crimes Squatters Revolt of 1957 especially on the conflicts that occurred in the border , seeking to understand the conflicts between settlers and territorial gunmen occurred in this group. Thus we intend to demonstrate that conflicts occurred in the majority in this region also shows the installation of the Registry of Real Estate was not brought up in obscurity for the registration of the deed in favor of CITLA, but was installed according to the region that had been installed. Analyzing the different versions, ie, the narratives of the time, the official memory and individual officers memories built on conflict, sought to identify poorly explained aspects and unknown information about the events that marked the region especially in the political context that, in presenting "Heroes" Squatters' Revolt of 1957 given the Walter Pecoits and Ivo Thomazoni reversed their participation in the uprising in political dividends at the local and regional level. Concluded by analyzing the monuments erected to commemorate the fiftieth anniversary of the Revolt of Squatters: the monument of the Seven Crosses Pranchita the monument made in tribute to the Pioneers in Capanema. It is observed that the monument is not something required by the settlers, but which is configured in a way in which the government relies for its construction to reap benefits themselves, used in his political milieu.

Keywords: Border, Monuments, Leadership, Politics.

LISTAS DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01 – Localização do Sudoeste do Paraná	13
Figura 02 – Limites e Fronteira Urbana	17
Figura 03 – Estrada do Colono tomada pela floresta pós se fechamento	51
Figura 04 – Sete colonos mortos na tocaia do Km 17	55
Figura 05 – Monumento ao Pioneiro em Capanema	73
Figura 06 – Detalhe do Monumento ao Pioneiro	74
Figura 07 – Detalhe do Monumento ao Pioneiro	76
Figura 08 – Detalhe do Monumento ao Pioneiro	78
Figura 09 – Detalhe do Monumento ao Pioneiro	79
Figura 10 – Secretária de Estado da Cultura Vera Mussi Haji Augusto	84
Figura 11 – Monumento Sete Cruzes km 17 - Pranchita, em comemoração aos 50 anos da Revolta dos Posseiros 1957/2007	86
Figura 12 – Detalhe do Monumento das Sete Cruzes	87
Figura 13 – Foto dos colonos no momento do Levante em Francisco Beltrão	91
Figura 14 – Foto dos colonos no momento do Levante em Francisco Beltrão	92

LISTAS DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CANGO – Colônia Agrícola General Osório

CESFPRG – Companhia de Estradas de Ferro São Paulo Rio Grande

CITLA – Clevelândia Industrial e Territorial Ltda.

GETSOP – Grupo Executivo Para as Terras do Sudoeste

PDT – Partido Democrático Trabalhista

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PSD – Partido Social Democrático

PT – Partido dos Trabalhadores

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

SEIP - Superintendência das Empresas Incorporadoras ao Patrimônio Nacional

UDN - União Democrática Nacional

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
Limites e Conflitos na Fronteira.....	18
Capítulo I - OCUPAÇÃO DO SUDOESTE DO PARANÁ	23
1.1 Forma de Vida na Fronteira.....	26
1.2 Marcha Para o Oeste: Instalação da CANGO	29
1.3 Migrantes e Caboclos: O Choque Cultural no Sudoeste do Paraná	34
Capítulo II - COMPANHIAS E COLONOS, CONFLITOS NA FRONTEIRA	38
2.1 Criação do Cartório de Registro de Imóveis em Santo Antônio do Sudoeste.....	42
2.2 Ação das Companhias	44
2.3 Os municípios da Região de Fronteira e os Cenários do Conflito	48
Santo Antônio do Sudoeste	49
Barracão.....	49
Capanema	50
2.4 Os Crimes da Fronteira.....	52
2.5 Unir-se Para Resistir.....	53
2.6 Confronto Final	57
2.7 A Imprensa Local e a Revolta de 1957.....	59
2.8 O Poder da Mídia Local nos Fatos	60
2.8.1 Ivo Thomazoni: Dos Microfones da Rádio Colmeia à Liderança do Movimento	63
2.8.2 Walter Pecoits, “Líder” de Francisco Beltrão: Médico da CANGO, Dono da Rádio Colmeia.....	66
Capítulo III - MONUMENTOS DE FRONTEIRA: 1957, FONTES PARA A HISTÓRIA	69
3.1 Monumento ao Pioneiro em Capanema.....	72
3.2 Monumento das 7 Cruzes, Km 17 – Pranchita	83
3.3 O Discurso Político: A Imagem do “Herói” na Comemoração do Cinquentenário da Revolta Dos Colonos de 1957	89
CONSIDERAÇÕES FINAIS	97
REFERÊNCIAS	100

FONTES 103
ANEXOS 104

INTRODUÇÃO

O presente trabalho busca analisar os conflitos ocorridos na Faixa de Fronteira Brasil e Argentina, no Sudoeste do Paraná, mais especificamente nos municípios de Barracão, Capanema e Santo Antônio do Sudoeste. Observa-se, a partir de 1940 até 1957, novos enfoques destacando os conflitos dos Posseiros de 1957, fato que se entende como uma luta entre posseiros, caboclos, empresas, governo estadual e Governo Federal. Na análise aqui apresentada é dada ênfase à abordagem da faixa de fronteira, observando, ainda, os monumentos construídos para a comemoração do cinquentenário da revolta e o monumento aos pioneiros. Referente ao tema proposto é feita uma análise de tais monumentos e dos ganhos políticos obtidos por meio de sua construção.

Alguns pesquisadores tendem a caracterizar o Sudoeste do Paraná como um imenso vazio demográfico durante as décadas de 1940 e 1950, bem como a classificar como “cabocla” toda a população que habitava da região neste período. Segundo Marcos Leandro Mondardo, esses caboclos eram:

[...] principalmente, antigos ocupantes do espaço das fazendas, peões, agregados, em sua maioria ex-escravos, estancieiros e/ou fazendeiros empobrecidos que, excedentes nesses espaços de latifúndio, deslocaram-se pelas matas em busca de recursos, terras, ou numa perspectiva mais ampla, a procura do territorial para sua reprodução. (MONDARDO, 2011, p.106)

Busca-se aqui analisar os conflitos da região de maneira mais ampla e, em particular, os conflitos ocorridos nos municípios de Santo Antônio do Sudoeste, Barracão e Capanema. Os migrantes, chegados posteriormente, vislumbravam na região as condições necessárias para sua ocupação: uma enorme região fértil, rica em reserva florestal de Pinheiro araucária e mato para fazer a derrubada e o plantio e que, aparentemente, não pertencia a ninguém em particular.

O mapa abaixo retrata toda a região Sudoeste do Paraná e localiza a faixa de fronteira, objeto deste estudo:

havia, até então, dispersos e desconhecidos habitantes. (BONETTI, 1998, p. 91)

As relações de dominação e de pretensa superioridade de migrantes oriundos, na grande maioria, da região do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, aceleraram ainda mais esse processo de silenciamento. Porém, desconhecer ou desconsiderar a presença dos caboclos no Sudoeste do Paraná é adotar um entendimento de território sem abranger o todo da história e da cultura, num processo de construção da região presente até os dias atuais. Segundo Ricardo Abramovay, “é impossível determinar, com um mínimo de precisão, os locais exatos de onde saíam os caboclos gaúchos de sua população inicial” (ABRAMOVAY, 1981, p. 84).

A presença do caboclo pode ser explicada também pelo tropeirismo. Tratava-se de uma região de passagem dos tropeiros que, a partir de 1930, abriram novas trilhas ou picadas na mata, ocasionando uma maior presença humana na região. A fixação de alguns tropeiros vindos, em grande parte, do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina na região foi acontecendo com o passar do tempo, sobretudo por meio de sua interação com caboclos miscigenados de castelhano e índio, etnias já presentes, através de relações comerciais, favores, casamentos, etc.

De forma geral, a cultura cabocla não tinha apego extremo a suas posses, pois bastava uma oferta para que fechassem negócio. As negociatas aconteciam por um cavalo encilhado, um revólver e assim por diante; o desapego a terra se dava, provavelmente, pelo fato de o caboclo reconhecer que não era o verdadeiro proprietário, e também por saber que mais adiante conseguiria uma nova posse. Rui Christovam Wachowicz define-o nestes termos: “O caboclo não resistia a uma oferta de compra de sua posse. Era só o colono, vindo do Rio Grande do Sul ou de Santa Catarina, fazer alguma proposta e o negócio se concretizava”. Segundo esse autor, o caboclo tinha “pleno conhecimento de que sem escritura, a terra não era dele. Portanto, o controle através da posse era instável e inseguro. A lembrança do ocorrido no ex-Contestado, quando os posseiros foram expulsos pela polícia particular da Brasil Railway Co, estava presente”, e também estavam cientes da “impossibilidade de convivência do seu sistema de criação de porcos, soltos na plantação de milho, com a da agricultura intensiva praticada pelos colonos sulistas” (WACHOWICZ, 1987, p. 71), questão a ser tratada mais adiante.

No Sudoeste do Paraná, em especial na fronteira Brasil-Argentina, em meados da década de 1940 surgiu uma alternativa de vida para os caboclos. Tal alternativa estava ligada ao fato da região ser farta em erva-mate e abundante em terras com matas de pinheirais, ótimas para o desenvolvimento das safras de porcos, ou seja, a criação de porcos soltos para alimentarem-se de pinhão e de frutos da região.

Neste trabalho, entende-se região como um espaço complexo de relações sociais, políticas, econômicas e culturais construídas historicamente. Nesse sentido, Pierre Bourdieu assevera que:

A etimologia da palavra região (regio), [...] e as suas fronteiras (fines) não passam do vestígio apagado do ato de autoridade que consiste em circunscrever a região, o território (que também se diz finis), legítima, conhecida e reconhecida, das fronteiras e do território, em suma, o princípio da divisão legítima do mundo social. Este ato de autoridade de direito que consiste em afirmar com autoridade uma verdade que tem força de lei é um ato de conhecimento, o qual, por estar firmado, como todo o poder simbólico, no reconhecimento, produz a existência daquilo que enuncia (BOURDIEU, 1998, p.114).

Essa enorme região fronteira, com muitas matas, se tornou o local ideal para a forma de trabalho e sobrevivência dos caboclos, conforme nos aponta Marcos Leandro Mondardo, se ele “pudesse optar sobre duas áreas desocupadas, uma de mata virgem e outra de campo. [...] É na mata virgem e não nos campos que ele encontra as condições mais favoráveis a sua sobrevivência [...]” (MONDARDO, 2011, p. 6). Sua maneira de viver era simples, desprovida de luxos e de riqueza material. Viviam em moradias rústicas que também serviam para guardar as ferramentas e outros materiais de trabalho e, às vezes, ainda abrigavam animais de pequeno porte. Segundo Bonetti:

A infraestrutura da propriedade rural do caboclo era tão improvisada quanto os limites de sua propriedade. A casa de moradia era rústica, de madeira lascada, geralmente com dois ou três cômodos [...] A sala, na maioria das vezes, tornava-se depósito de excedente de produção e abrigo dos instrumentos de trabalho [...] Grande parte era feita de pau a pique (rolos de madeira) coberta de palha ou de madeira lascada [...] Os móveis usados pelos caboclos eram pouquíssimos. Resumiam-se num fogão, bancos de

madeira e algumas camas feitas de tábuas rústicas [...] (BONETTI, 1998, p. 103).

No período mencionado, a população cabocla na faixa de fronteira se confundia com os habitantes do país vizinho, a Argentina, pois o ir e vir de brasileiros e argentinos era considerado normal. Os argentinos vinham até as terras brasileiras buscar erva-mate, que era abundante na região e os brasileiros, por sua vez, se deslocavam até o país vizinho para comercializar tais produtos, sem nenhum controle fronteiriço.

Verifica-se, nesse contexto, que indivíduos de diversas origens deslocaram-se ao Sudoeste paranaense em busca de novos espaços para produzir e sobreviver. A região passou a ser refúgio de rio-grandenses, catarinenses, argentinos e mesmo refugiados da justiça, pois era considerada como terra de ninguém, onde era fácil esconder-se dos problemas com a justiça, como era o caso de, por exemplo, os refugiados da Revolução Federalista.

A população na faixa de fronteira, até 1930, não era muito numerosa. Não se dava muita atenção a essa região, tanto por ser de difícil acesso quanto por não se poder desenvolver a criação extensiva de gado, já que a região não dispunha de campos gerais, o que fazia com que a colonização se desse mais intensamente na região de Palmas e Clevelândia.

Neste sentido, Ruy Chistovam Wachowicz, manifesta que:

O Sudoeste paranaense, de Mariópolis até a fronteira com a Argentina, continuava a ser um imenso vazio demográfico. Sua população atingia apenas 3.000 habitantes. Os fazendeiros de Palmas, únicos capitalistas da região, nunca se interessaram em investir na colonização de terras que não fossem campos e criatórios. As terras situadas no ocidente de Clevelândia não despertaram maior interesse dos palmenses de capital (WACHOWICZ, 1987, p. 55).

A população cabocla da região mantinha somente o cultivo de subsistência. Suas roças eram cultivadas em terrenos submetidos a queimadas, sendo, após cada safra, mudadas para um novo lugar. Tal prática obrigava o caboclo a constantes mudanças, não havendo preocupação com a documentação da propriedade ou com a legalidade de sua permanência em determinado território.

Portanto, é impossível não destacar a presença do caboclo na ocupação do Sudoeste do Paraná, em especial na faixa de fronteira. Sua contribuição pode ser observada na discussão acerca de quem teriam sido os pioneiros da região, pois foram eles que abriram as frentes de ocupações do Sudoeste paranaense juntamente com índios que residiam na região. Porém, por não se encaixarem em um padrão reconhecido como economicamente rentável pelos migrantes oriundos do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, que mais tarde chegaram à região, o caboclo foi marginalizado e suas contribuições foram esquecidas.

Convém mencionar que a busca pela eliminação do preconceito nas sociedades é um ponto importante e sempre debatido e apresentado pela mídia como algo extremamente positivo. Assim, faz-se necessário apresentar o sistemático esquecimento relativo à participação do caboclo como desbravador da região de fronteira. É preciso, ainda, lembrar que é graças à presença de brasileiros nessa região, que foi possível estabelecer os limites fronteiriços que temos atualmente, ainda que eles tenham travado relações e estabelecido ligações com argentinos, uma vez que os casamentos entre caboclos e castelhanos eram corriqueiros na região.

É possível afirmar também, que o caboclo foi uma espécie de colonizador do Sudoeste paranaense, espaço esse em constante litígio, pois chegaram às terras no meio da mata e fixaram residências, criando várias vilas. Entre tais vilas ganham destaque Dionísio Cerqueira, em Santa Catarina e Barracão, no Paraná ambas fundadas em 1903.

Figura 02: Limites e Fronteira Urbana.



Fonte: Foto E. Lazarotto

Limites e Conflitos na Fronteira

Esta seção é necessária para que se possa melhor compreender os conceitos propostos e observar as trajetórias de construção deste espaço geográfico de fronteira, uma vez que as áreas fronteiriças são complexas do ponto de vista territorial. Trata-se da definição de limites entre dois países, sendo que os povos de ambos muitas vezes ignoram tal limite. Segundo Wachowicz:

[...] não se desenvolveu nessa região nenhuma rivalidade entre as populações envolvidas. Brasileiros e argentinos sempre se deram muito bem. Talvez a luta pela sobrevivência levasse a uma exemplar convivência com os argentinos, todos passavam livremente pela fronteira. Por isso os casamentos entre as duas nacionalidades tornaram-se frequentes (WACHOWICZ, 1987, p. 61).

A pesquisa exige analisar aspectos teóricos, constituídos pela revisão da literatura, considerando-se o enfoque de diversos autores sobre território e fronteira. No Brasil, a política de fronteiras passa a ter maior evidência a partir de meados do século XIX, e se concretiza nas primeiras décadas do século XX. Ainda no período imperial existia a preocupação de se criarem leis sobre o domínio das terras. Durante o período republicano, a ocupação efetiva do vasto território se concretizou.

Neste trabalho, parte-se do pressuposto de que a fronteira é fator de sensibilidade, algo que foi já enfatizado por vários estudiosos, entre eles o geógrafo francês Jacques Ancel, que traz da seguinte forma o conceito de fronteira:

O tema fronteira é perigoso mesmo para um sábio, porque é carregado de paixões políticas todas encobertas por preconceitos; as pessoas comuns põem muitos interesses em jogo quando falam em fronteiras, dificilmente conservam o sangue frio; o mal-entendido é permanente (ANCEL, 1938, *apud* MATTOS, 1990, p. 5).

Friedrich Ratzel, em sua máxima, diz que “Espaço é Poder” (RATZEL, apud HEINSFELD, 2008, p. 27). Esse princípio ratzeliano informa sobre o quanto a demarcação de limites é sempre conflituosa, pois o limite restringe, de certa forma, o outro de ir além em suas conquistas. O conceito de fronteira será utilizado aqui também como um instrumento para a análise dos conflitos relativos a essa demarcação. Nesse mesmo contexto, Gilmar Arruda afirma que:

[...] o fenômeno da fronteira é essencialmente social, isto é, resultado da ação de grupos sociais – poder-se-ia dizer populações – que separa seu território, firmando-o pela ampliação, pela defesa de fronteiras existentes, ou, ainda, e para o campo dos historiadores o mais importante, inventando limites (ARRUDA, 2002, p. 57).

A fronteira é construída pela ação dos indivíduos que a demarcam socialmente por meio de sua cultura, economia, política, entre outros fatores. Tau Golin também analisa o fenômeno fronteira, afirmando que.

Os parâmetros dos movimentos histórico-sociais tiveram na fronteira o espaço político concreto e, antes de transparecer como o divisor de dois mundos, expressou-se como irradiador de significações humanas e sociais de relações e acontecimentos cujas consequências dinamizadoras envolvem milhares de indivíduos na flexibilidade de sua linha (GOLIN, 2002, p. 25).

Diante disso, é possível afirmar que a fronteira representa, no contexto histórico, a realização social e a criação simbólica, produzindo, em seu processo, a força de coesão regional e as hierarquias sociais. Nela se encontram ambíguas e tensas em suas alteridades, a região e a nação. Adelar Heinsfeld, em seus estudos sobre fronteira, afirma que “abordar o tema fronteira significa adentrar o campo das relações internacionais, envolvendo política de um Estado em relação a outros e a segurança de seu próprio território” (HEINSFELD, 2007, p. 19). Já Ratzel entende que a fronteira é a “epiderme do estado”. Portanto, a fronteira é sempre uma região sensível, onde os conflitos por limites poderão ser uma constante.

Relativamente à fronteira entre Brasil e Argentina, Wachowicz assinala que um dos últimos tratados firmados para delimitar os limites da região foi o de Santo Ildefonso (1777). Esse tratado definiu a fronteira a partir dos rios Paraná, fronteira com o Paraguai e o rio Iguaçu, fronteira com a Argentina. Mesmo depois de assinado o Tratado, uma possível invasão ainda preocupava o governo brasileiro, pois o governo argentino questionava tais limites, alegando que a fronteira entre Brasil e Argentina estaria situada entre os rios Chapecó e Chopim. Assim, o governo argentino requeria o que atualmente constitui o Oeste de Santa Catarina e o Sudoeste do Paraná como sendo parte de seu território (WACHOVICZ, 1987).

A política territorial na faixa de fronteira se configura pelo conjunto de enfoques estratégicos, a médio e longo prazo, assim como pelas correspondentes formulações de atuação dos indivíduos que nela vivem, a fim de assumir as formas que sejam adequadas ao conjunto de interesses que controlam o poder político. Entende-se, também, que as políticas territoriais extrapolam a noção dos planos regionais de desenvolvimento. Elas abrangem toda e qualquer atividade que implique, simultaneamente, em uma dada concepção do estado nacional, em uma estratégia de intervenção ao nível de estrutura territorial, bem como em mecanismos concretos que sejam capazes de viabilizar tais políticas (COSTA, 1988, p.13).

Não se pode pensar somente o regional em torno de si mesmo, pois nos estudos feitos até então foi dada prioridade aos embates pela terra em Francisco Beltrão e Pato Branco, considerando estes municípios como sendo o grande palco dos conflitos, ao passo em que os líderes da fronteira permanecem desprezados por não terem ascendido politicamente. Foram enaltecidos somente aqueles que detinham maior contato com a mídia e que se projetaram politicamente nas cidades onde se elegeram prefeitos e deputados no pós-levante. Por isso é necessário compreender as relações do conflito em âmbito mais amplo, numa conjuntura a partir da visão da fronteira.

Portanto, discutir o levante dos posseiros ocorrido no ano de 1957 na região Sudoeste, vai muito além de apresentar os fatos, pois, incorre na compreensão de que tal movimento teve sua gestação em um período anterior a essa data. Sobretudo, implica na compreensão de que a configuração atual da região resulta também de ações empreendidas naquela ocasião, enfocando sempre a partir da fronteira.

Nesse trabalho também se pretende analisar as ações da Companhia Apucarana, pois estudos anteriores¹, informam somente que a companhia era subsidiária da CITLA. Mas é possível fazer as seguintes indagações: qual foi a sua atuação na fronteira? Como se deu a atuação de seus escritórios nos municípios de Capanema e Santo Antônio do Sudoeste? Quem eram seus gerentes? A serviço de quem esses gerentes estavam?

Além disso, essa dissertação pretende estudar dois casos em que monumentos alusivos aos eventos de 1957 foram erigidos em homenagem ao cinquentenário do levante. São eles, o monumento ao Pioneiro, em Capanema, bem como o monumento das Sete Cruzes, em Pranchita. Em relação a essa análise pretende-se perceber como, empiricamente, o poder político atual cria lugares de memória e representa os fatos do passado em relação aos embates do presente.

Buscando atingir os objetivos expostos e responder às questões mencionadas, a dissertação será organizada da seguinte forma: o primeiro capítulo, intitulado “ocupação do Sudoeste do Paraná”, será dedicado ao estudo da ocupação da região, destacando-se a colonização do Sudoeste; o intenso fluxo migratório, principalmente da região do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina; o convívio de migrantes (colonos) e caboclos que habitavam a região e a forma como se deu a colonização através da criação da Colônia Agrícola General Osório – CANGO². Levando-se em consideração a forma de ocupação e a maneira como ela se deu na faixa de fronteira, as condições econômicas, o trânsito de argentinos e sua influência no comércio. Tal discussão será realizada com base na análise de bibliografia especializada, como os trabalhos de Wachowicz (1987), Iria Zaroni (2005), Colnaghi (1984), Voltolini (2005), Martins (1986), entre outros.

No segundo capítulo, intitulado Companhias e Colonos, Conflitos na Fronteira, será tratado o contexto em que se gestou o conflito dos posseiros com as companhias de terra, principalmente a Apucarana, que tinha seus escritórios situados nos municípios de Capanema e Santo Antônio do Sudoeste. Pretende-se também, nesse capítulo, destacar alguns dos fatos ocorridos nos conflitos, especialmente as tocaias e o desenrolar do movimento agrário na região de fronteira. Essa análise será realizada por meio de revisão bibliográfica. Será

¹ Colonos e Poder – Maria Cristina Colnaghi; Entre Jagunços e Posseiros – Rubens S. Martins; 1957 A Revolta dos Posseiros – Iria Zaroni Gomes; Retorno 2 – Sittilo Voltoline.

² Em 1943, através do Decreto n. 12.417, de 12 de maio, Getúlio Vargas criou a Colônia Agrícola General Osorio – CANGO, para atuar na Faixa de Fronteira Brasil /Argentina numa faixa de 60 Quilômetros de Fronteira que compreendia a região de Capanema, Santo Antônio do Sudoeste e Barracão. A área de atuação não seria inferior a 300.000 hectares.

ênfatizada, ainda, a participação da mídia nos acontecimentos, em especial da rádio Colmeia de Pato Branco e Francisco Beltrão, na apresentação/construção dos “grandes líderes” da Revolta de 1957, Ivo Tomazoni e Walter Pecoits, dois personagens que conseguiram capitalizar os lucros políticos advindos dessa liderança.

No terceiro capítulo será feita a análise dos monumentos ao Pioneiro, em Capanema, bem como do monumento das Sete Cruzes, em Pranchita, analisando o contexto em que foram construídos, observando o alcance almejado pela construção e levando em conta o local da construção. Em uma abordagem mais ampla, se buscará analisar o que se pretendia com a construção e com o ato de inauguração de tais monumentos. Para tanto serão observadas as justificativas relativas à edificação, bem como as formas de alusão e construção da memória relativa ao cinquentenário da Revolta de 1957, expressos em suas representações.

Capítulo I - OCUPAÇÃO DO SUDOESTE DO PARANÁ

A ocupação do Sudoeste do Paraná se deu a partir de duas ondas populacionais. A primeira aconteceu durante o final do século XIX e início do Século XX, sendo constituída por um grupo pouco numeroso de migrantes que ocuparam terras abundantes e devolutas. A segunda onda, em 1943, ocorreu precisamente por conta da instalação da CANGO e a forte propaganda no Sul do Brasil, intensificando o fluxo migratório para a região.

Nessa ocupação, segundo Maria Cristina Colnaghi, houve dois movimentos antagônicos: a ocupação intensiva e a ocupação extensiva. Segundo a autora,

[...] a primeira, caracterizou-se por uma ocupação de caráter precário e densidade bastante pequena, visando a exploração extrativa da erva-mate e da madeira, [...] o segundo diz respeito diretamente ao processo de ocupação do Sudoeste do Paraná e caracterizou-se por uma ocupação parcelaria intensiva da terra (COLNAGHI, 1984, p. 44).

Essa primeira ocupação teve início nos anos 1920 e se intensificou nos anos 1950, constituída por remanescentes do Contestado, das fazendas de Clevelândia e de Palmas, agricultores ansiosos por se tornarem proprietários de seu quinhão de terra. Esses novos moradores chegavam à região e se intitulavam donos do seu pedaço de chão. Pode-se destacar ainda que, por ser uma região fronteiriça, existiam também vários agricultores argentinos que migravam para a região Sudoeste do Paraná, uma vez que não havia limitação para a entrada. Wachowicz destaca que a presença dos argentinos na fronteira se dava basicamente pela procura de erva-mate para abastecer Buenos Aires. Segundo esse autor,

No final do século passado, começava a presença argentina na região da fronteira: os argentinos estavam à procura de erva-mate para o grande mercado de Buenos Aires. Como não havia nada de brasileiros na fronteira do Rio Santo Antônio livremente a procura de minas (concentração) de erva-mate, na floresta espessa (WACHOWICZ, 1987, p. 58).

Outra forma de ocupação do Sudoeste se deu por meio dos migrantes do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina. Famílias numerosas que, por volta de 1920, sentiram a necessidade de migrar para a região em busca de novas áreas cultiváveis nas quais pudessem manter sua subsistência e possibilitar a alocação dos filhos que, por sua vez, formavam novos grupos familiares.

O Sudoeste do Paraná se transformou também em lugar ideal para refugiar-se da justiça, pois a região pouco habitada proporcionava um local tranquilo e seguro, a salvo do alcance da lei. Muitos criminosos encontravam nessa região, onde as estradas ainda não haviam sido abertas, um local que lhes oferecia a possibilidade, de camuflados pela pouca população local, isentarem-se de responder por crimes ou transgressões do passado.

Os crimes na região eram constantes, mas dificilmente ocorriam mortes por assaltos ou roubos, a violência era geralmente motivada por ataques à honra da família. Nesse sentido, Wachowicz assevera:

[...] o lar e as mulheres comprometidas ou solteiras, eram consideradas intocáveis. A ação individual ou coletiva que rompesse esse equilíbrio tácito na sociedade pioneira, sofreria o repúdio até dos bandidos acoitados na mesma (WACHOWICZ, 1987, p. 90).

Migrar em busca de um novo local para a produção fazia parte do anseio capitalista no qual o país se encontrava. Isso porque a sobrevivência da família dependia de um maior local de produção e comercialização de seus produtos, e a acumulação de capital já estava incutida nas mentes dos migrantes que vinham para a região.

Nilza Maria Hoinatz Schimitz apresenta uma reflexão sobre a necessidade do deslocamento desses migrantes da região rio-grandense, já que, com o esgotamento das áreas produtivas e o aumento das famílias, eram obrigados a se deslocarem para uma nova região para garantir a sobrevivência e a posse da terra. A oferta de terras no Sudoeste do Paraná era a oportunidade dos colonos empobrecidos se tornarem proprietários.

Segundo Sergio Odilon Nadalin, a possibilidade do homem se tornar proprietário era o que o motivava o migrante:

[...] para milhares de homens que foram os sujeitos de nossa história, a procura de um algo melhor associado à posse, reivindicação ou aquisição de terras – deslocamentos esses que, em última análise, construíram nossas fronteiras e fizeram crescer nossas cidades (NADALIN, 2001, p. 9).

O Sudoeste teve duas frentes de migrações intensas. Uma delas era composta por aqueles que vinham pelo município de Barracão e se instalavam na faixa de fronteira. Esses migrantes compravam o direito de posse dos caboclos, mesmo que eles não possuíssem o documento do local onde residiam, na região ou, até mesmo, ocupavam um espaço vazio, ou considerado de “ninguém”.

Tais migrantes, chegando à região, adquiriam propriedades bem maiores do que aquelas que possuíam em sua região de origem, pagando preços menores, mas se mantinham somente com uma agricultura familiar. Eles traziam consigo uma nova forma de organização, em núcleos urbanos, diferente daquela mantida pelos caboclos da região, pois estes ainda viviam de maneira seminômade, em função do tipo de exploração que mantinham, baseada na combinação da atividade de caça e do roçado para o plantio.

Outra rota de acesso à região se deu pelos municípios de Pato Branco e Francisco Beltrão, pois, Pato Branco sediava a Colônia Agrícola General Osório, mas muitos dos colonos ignoraram a presença da colonizadora, uma vez que seus parentes, vizinhos ou compadres já se encontravam na localidade. Isso fez com que eles burlassem as formas legais de ocupação e se apossassem de espaços de terra no quais trabalhariam com suas famílias.

O Sudoeste do Paraná oferecia ainda outros atrativos a esses colonos, entre eles a madeira proveniente dos gigantescos pinheirais, o solo altamente produtivo e a possibilidade de utilizarem os campos gerais, na região de Palmas e Clevelândia, para a criação de gado em larga escala. Tais qualidades da região possibilitaram o surgimento de núcleos habitacionais, com destaque para Francisco Beltrão e Pato Branco, a instalação de indústrias madeireiras e o crescimento das atividades comerciais, destacando-se a compra de gêneros alimentícios, como o feijão e a carne suína.

Em 1940, com a política de crescimento industrial e de ocupação dos “vazios” territoriais, o Governo Federal promoveu a expansão migratória para a região. Assim, eram atendidas tanto a necessidade de deslocamento de populações de regiões já densamente ocupadas para outras com escasso povoamento, quanto da produção de alimentos para o abastecimento dos centros urbanos.

Para tanto, tornava-se necessário incentivar a produção unifamiliar, baseada em pequenas propriedades, para que esta não se limitasse a produzir para a subsistência, mas sim, para que atendesse as necessidades do mercado. Esse foi mais um fator desagregador para a população cabocla da região, uma vez que esta não assimilou a ideia de mercantilização da produção e procurou continuar vivendo e produzindo de forma tradicional.

Os colonos rio-grandenses e catarinenses se apossaram da grande maioria de terras cultiváveis, que com o tempo tiveram a produção mecanizada. Atualmente, a região converteu-se em grande produtora de grãos. Já os caboclos, que ainda podem ser encontrados na área, permanecem trabalhando em pequenos espaços de terra. Eles geralmente trabalham em terreno íngreme, mantendo pequenas lavouras, ou transformam a propriedade em pastagem, criando animais que comercializam em pequena escala. Esses caboclos são, usualmente, casais de idosos aposentados cujos filhos se deslocaram para os centros urbanos para trabalhar nas indústrias têxteis ou moveleiras.

1.1 Forma de Vida na Fronteira

A economia da região Sudoeste e, de maneira especial, os habitantes que residiam na faixa de fronteira sobrevivia de um cultivo de subsistência, suas casas eram feitas de madeira lascada ou rodeadas de varas e cobertas com folhas de bambus ou, ainda, cobertas de tabuinhas lascadas de pinheiro e de chão batido, feitas pelos próprios caboclos. Estes possuíam a posse de uma pequena quantidade de terras: cinco, no máximo oito, alqueires, que eram usados para o cultivo de sua alimentação.

Muitos dos que habitavam a faixa de fronteira mantinham relações comerciais com os vizinhos argentinos, pois exploravam a erva-mate abundante na região e comercializavam com o país vizinho. A exploração de erva-mate se dava no inverno, entre os meses de maio e agosto. Segundo Wachowicz,

Enquanto os brasileiros estudavam os planos de defesa da região, os argentinos iniciaram um processo de penetração pelo rio Uruguai, a fim de extrair a erva-mate, abundante na mesma. Como este território estava

semiabandonado pelo Brasil, à falta de autoridades era notória. Passou então a ser povoado não só por caboclos brasileiros, como também por criminosos argentinos e brasileiros que se refugiavam na região. Escravos fugidos do Rio Grande do Sul e Paraná aumentavam a população (WACHOWICZ, 1987, p. 183).

Tropeiros paranaenses também comercializavam a erva-mate, empregavam-se em madeiras e até mesmo em fábricas no país vizinho. Ao retornarem da Argentina traziam consigo farinha de trigo, ferramentas, sabão e roupas de lã. Nessa região funcionava uma espécie de *laissez-faire* inconsciente, pois o controle alfandegário era inexistente. Este trabalho se dava, geralmente, durante a entressafra no Brasil. Em agosto começava o preparo das roças para o plantio das lavouras, assim como as safras de porcos.

A maior compradora de erva-mate na Argentina era a empresa Pastoriza e Arachea. Essa empresa encaminhava pessoal capacitado para a colheita do produto, pois existia a preocupação com a manutenção das árvores, mantendo-se a produtividade para o ano seguinte. Até meados de 1850, o Paraguai era o principal fornecedor de erva-mate para os países platinos. Porém, com os conflitos entre o Paraguai e os países consumidores, o Paraná assumiu o fornecimento do produto, fazendo também a Argentina promover uma verdadeira invasão no Sudoeste, em busca do produto.

Conforme Dennison de Oliveira, a erva-mate teve grande importância no desenvolvimento econômico pelo qual passou o Estado, influenciando vários estudos sobre o tema. Segundo o autor, a produção de erva-mate passou por três etapas, assim descritas:

na primeira etapa [...] o mate requeria mão de obra abundante e barata, ainda que pouca ou nenhuma qualificação fosse necessária. No estágio seguinte, as folhas eram torradas e moídas em engenhos movidos à energia hidráulica ou animal. Finalmente, o pó assim obtido era socado dentro de sacos e enviado a comercialização (OLIVEIRA, 2001, p. 26).

A grande produtividade levou o Paraná, no decorrer dos anos, a industrializar o processo, fazendo a economia ganhar um grande impulso econômico. Retomando o objetivo de análise deste trabalho a fronteira Sudoeste do Paraná, a erva-mate teve sua importância, como mencionado anteriormente, principalmente para a comercialização com a

Argentina. Comercialização que se dava através do contrabando, ou da venda do produto pelos moradores da região em troca de produtos argentinos como sabão, farinha e banha, numa espécie de escambo.

Outra forma de economia na região eram as safras de porcos. Os animais eram criados soltos na mata e essa atividade constitui o segundo ciclo da economia do Sudoeste do Paraná. Ocorria no período em que eram plantadas as roças de milho, em sua maioria nas queimadas, quando soltavam os porcos para fazerem a “colheita” do milho.

Segundo Wachowicz, o safrista de porcos era aquele que:

[...] contratava alguns caboclos para organizar a safra, derrubava-se 10, 20, 50 alqueires de matos. Depois de seco ateava-se fogo e plantavam o milho, geralmente a partir do mês de agosto [...] quando o milho estava ficando maduro, no ano seguinte soltavam os porcos na safra. Cresciam e engordavam o suficiente, soltos no mato [...] (WACHOWICZ, 1987, p.75).

Por volta de 1920, a comercialização dos porcos era feita por metro. Estranha aos ouvidos de migrantes que chegavam à região, tal prática acontecia da seguinte maneira: eram medidos a altura e o comprimento dos animais e a eles era atribuído o valor. Os safristas comercializavam seus porcos com compradores locais, que os revendiam a Francisco Beltrão, Pato Branco e até mesmo para Clevelândia. Esses animais eram conduzidos a pé até as cidades, onde eram revendidos para os frigoríficos. Francisco Beltrão sediava um enorme frigorífico, de propriedade de João Penso, denominado de Casa da Banha de João Penso.

O citado frigorífico comercializou porcos por alguns anos, mas acabou falindo com a crise devido à ocorrência de peste suína na cidade. A partir de então, a comercialização com Clevelândia, que encaminhava os animais para Curitiba ou Sorocaba, se intensificou. Esses animais também chegaram a ser conduzidos em tropeadas a pé até o seu destino final, sendo que uma tropeada podia durar alguns meses.

Alguns pesquisadores, como Wachowicz (1987), Voltoline (2005) e Iria Zanoni (1987), destacam esse tipo de comércio e de tropeadas de porcos com os centros comerciais. Os migrantes do sul ficavam surpresos com a forma de criação e comercialização destes animais, pois não conheciam o sistema de safras. O caboclo, então, “achava graça”. Os migrantes faziam suas criações de porcos em chiqueiros e a produção era transportada de

carroça até o comércio local. Com a chegada destes novos colonos, os safristas foram se afastando cada vez mais para o interior.

A partir de 1940, a prática de safras de porcos já não mais existia na região de Francisco Beltrão e Pato Branco. Entretanto, perdurou por pelo menos mais dez anos nos municípios de Santo Antônio do Sudoeste e Capanema, sendo completamente abandonada com a chegada dos sulistas, que passaram a praticar a criação de animais em mangueirões e chiqueirões na região.

Voltoline (2005) destaca que, com o gradativo aumento da população e a conseqüente diminuição da propriedade provocada pela aproximação de novos moradores, a prática de safras de porcos começou a apresentar problemas. Os animais se deslocavam numa área muito grande, o que dificultava seu controle, fomentando até mesmo o uso de marcas nos animais para que estes fossem encontrados em meio a porcos de outros safristas.

Iria Zanoni menciona a cumplicidade entre o colono e o bodegueiro (comerciante), já que o segundo garantia o fornecimento de mantimentos durante a entressafra. Em contrapartida, o colono lhe garantia a fidelidade na venda de todo seu excesso de produção na safra. Segundo a autora, era uma relação de confiança, pois nem mesmo o colono sabia o montante da dívida contraída durante o ano, ocorrendo muitas vezes um endividamento tamanho que fazia com que ele liquidasse uma dívida e contraísse imediatamente outra para a safra do ano seguinte. Observa-se, assim, que poderia até haver exploração por parte do bodegueiro em função da necessidade dos colonos em se manterem e sustentarem suas famílias.

1.2 Marcha Para o Oeste: Instalação da CANGO

Durante o Estado Novo de Getúlio Vargas, foi instituída a dinâmica migratória para a composição populacional em uma área considerada de vazio demográfico. Tal medida tinha por objetivo resolver a problemática rio-grandense e catarinense de alocar seu excedente populacional, e, ao mesmo tempo, povoar uma região tida, então, como inóspita, bem como proteger a faixa de fronteira.

A instalação da CANGO na região é ponto fundamental do desenvolvimento econômico regional, pois os colonos que ali chegavam recebiam incentivos oficiais. Tais colonos estavam, em suas regiões de origem, excluídos da agricultura mercantilizada, por isso buscavam novas áreas para se incorporarem. De modo que migrar para o Sudoeste significava lutar para sobreviver como pequeno produtor por meio da agricultura familiar.

No Rio Grande do Sul a propaganda era intensa, destacando-se o sistema de pequena propriedade adotado pela CANGO, sem qualquer ônus para o agricultor e com doação de toda a infraestrutura, como ferramentas, sementes, assistência à saúde e educação. Tais fatores foram os grandes responsáveis pela atração de colonos para a região. A eficácia dessa campanha é assinalada por Voltolini:

[...] Centenas, milhares de famílias gaúchas foram recebidas e acomodadas pela CANGO, durante os treze anos de sua existência. Além de 20 alqueires totalmente de graça, a família recebia da CANGO apoio para instalação do casario, assistência médico-educacional. Tudo sem ônus algum para o assentado (VOLTOLINI, 2002, p. 43).

Os reservistas rio-grandenses, ao concluírem seu tempo de serviço militar, juntamente com o certificado na baixa do quartel, recebiam um boletim com um informativo que os incentivava a procurar a CANGO no estado do Paraná, onde o governo lhes daria terra e condições para começarem uma nova vida.

Em meados da década de 1940, o governo Vargas criou algumas Colônias Agrícolas Nacionais, visando concretizar a política de colonização dos vazios demográficos. Entre as colônias criadas, é possível citar a Colônia Agrícola Nacional de Goiás – CANG, criada em 1941, a Colônia Agrícola Nacional de Dourados – CAND, criada em 1943 e a Colônia Agrícola Nacional General Osório – CANGO, também de 1943. Que tinha entre seus objetivos, estimular o povoamento na região Sudoeste do Paraná, guarnecer as fronteiras com o Paraguai e, sobretudo, com a Argentina. Esse programa de migração interna no país estava baseado na propaganda nacionalista. Conforme Schimitz:

[...] o aparato político-ideológico que dava sustentação a essa campanha, pretendia convencer a sociedade da necessidade de uma nova ordem, centrada no fortalecimento do Estado, cuja pretensão maior era aliar nacionalismo econômico e autoritarismo, para se chegar à construção da nação. (SCHMITZ, 2005, p. 96)

Com esse programa de colonização, Vargas criou a expectativa de um futuro melhor, de tal maneira que os sentimentos de nacionalidade legitimavam o poder do Presidente. Todo o aparato propagandista, o governo legitimava seus atos, sufocando assim movimentos contestatórios, pois o modelo de colonização da CANGO foi a tentativa paternalista do Estado de absorver a mão de obra liberada nas zonas de colonização antiga, aliviando as tensões sociais. Conferia-se ao colono infraestrutura, a assistência e dele era exigido, em troca, fidelidade política e produção de mercadorias, através do emprego da força de trabalho familiar.

A Colônia Agrícola Nacional General Osório, CANGO, foi criada em 12 de Maio de 1943, pelo Decreto n.º12.417 nos seguintes termos:

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o Artigo 74, letra A, da Constituição e na conformidade do disposto do Decreto Lei n.º 3059, de 14 de fevereiro de 1941, Art. 109, cria a Colônia Agrícola Nacional General Osório, no Estado do Paraná, na faixa de 60 Km da fronteira na região Barracão – Santo Antonio, em terras a serem demarcadas pela Divisão de Terras e Colonização do Departamento Nacional de Produção Vegetal do Ministério da Agricultura.

Parágrafo Único: a área a ser demarcada não será inferior a 300 mil hectares (LAZIER, 1997, p. 44-45).

Sobre os termos de criação da CANGO, Wachowicz faz a seguinte observação:

[...] porém a criação da CANGO foi um ato juridicamente arbitrário. O território da CANGO foi localizado em grande parte em terreno que outrora pertenceram a BRAVIACO³. Com o Decreto 300 do interventor Mario Tourinho, essas terras voltaram ao domínio do Estado do Paraná. A Brazil

³ Companhia Brasileira de Viação e Comércio.

Railway Company, inconformada, entrou na justiça com o processo de reintegração de posse. Estavam, portanto esses terrenos sub judice. A justiça não havia ainda decidido quem era o legítimo proprietário: a Brazil Railway Co. ou o Estado do Paraná. O Governo Federal também se julgou com o direito de ser proprietário dessas terras e criou na região a CANGO. Como em 1943 era época de plena Ditadura do Estado Novo, esses acontecimentos passaram despercebidos, e sem maiores comentários. Mas, o caso jurídico foi criado. Grandes foram os aborrecimentos e as tensões geradas posteriormente. Nenhuma parte envolvida tinha condições de passar escritura legal aos colonos, que foram estabelecendo-se nos limites da colônia (WACHOWICZ, 1985, p. 150).

Diante dessa situação, os colonos que chegavam ao Sudoeste do Paraná, mais precisamente ao Município de Francisco Beltrão, sede da CANGO, recebiam somente o protocolo da terra da quais, a partir daquele momento, se apossariam. Isso porque a titulação só foi possível depois de muitos conflitos agrários, sendo que a escrituração da terra ocorreria somente em meados de 1973. Neste sentido, Voltolini afirma que: “Diante das pendências existentes, porém, a administração da colônia não podia oferecer escritura definitiva e registro das áreas doadas aos agricultores, alcançando-lhes somente um documento provisório de posse” (VOLTOLINI, 2002, p. 32).

A CANGO, com o objetivo de povoar a região, estimulava a vinda dos imigrantes, construindo pontes, abrindo estradas e implantando serrarias para fornecer madeira para construir as casas dos novos proprietários da região. A Colônia utilizava-se de variados meios de comunicação a fim de divulgar os benefícios e incentivar a vinda de migrantes para a região Sudoeste do Paraná, como jornais, rádios, panfletos e, até mesmo, como alternativa aos reservistas que deixavam o Exército.

Deve-se reconhecer o eficiente trabalho realizado pela Colônia Agrícola Nacional General Osório no sentido de efetivar o povoamento na faixa de fronteira, pois em dez anos, a população local mais do que triplicasse. Conforme tabela composta por Lazier:

Aumento Populacional no Sudoeste do Paraná:

ANO	NUMERO DE PESSOAS
1946	2.529 pessoas
1947	4.946 pessoas
1948	4.956 pessoas

1949	6.045 pessoas
1950	7.147 pessoas
1959	15.284 pessoas

Fonte: LAZIER, 1987, p.15

Supõe-se que o número de pessoas seria bem maior do que o encontrado nas relações da CANGO, pois deve-se considerar a existência de muitos caboclos que habitavam a região antes da chegada da Colônia, assim como havia habitantes que chegavam por outros caminhos, a convite de compadres e ou parentes e tomavam posse de áreas de terra. Uma vez que o “vazio demográfico” era de difícil acesso em virtude da gigantesca floresta verde que cobria a região, a apropriação da terra fugiu ao controle da CANGO, sediada como estava em Francisco Beltrão. Sabe-se que muitos rio-grandenses chegavam por Barracão e se fixavam nas proximidades da região ou, até mesmo, em Santo Antonio do Sudoeste.

Segundo Roberto Gomes:

[...] a ocupação espontânea, tanto na área da CANGO como fora dela foi de uma intensidade várias vezes maior, de 50 e 60, houve uma verdadeira explosão populacional na região. Enquanto a CANGO, em fim de 1956, tinha cadastrado 15.284 pessoas e 26.000 esperavam cadastramento, em 1960 a região estava com 230.379 pessoas, sendo 119.787 na área rural. (GOMES, 2001, p. 20-21)

A ocupação do Sudoeste se efetivou rapidamente, várias vilas e conjuntos habitacionais foram criados. Dessa forma, surgiram os comerciantes, conhecidos como bodegueiros, que absorviam a produção desses colonos. Igrejas e escolas foram construídas e a CANGO instituiu também os guardas florestais, que acompanhavam o cotidiano dos colonos, não permitindo a derrubada em larga escala dos pinheirais e controlando as queimadas.

1.3 Migrantes e Caboclos: O Choque Cultural no Sudoeste do Paraná

Com a onda migratória de descendentes europeus, em geral de italianos e alemães, da terceira ou mesmo da quarta geração, oriundos do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, ocorreu um grande choque cultural. Esse conceito será abordado nesse trabalho a partir das reflexões realizadas com base na obra de Norbert Elias e Jhon L. Scotson, *Os estabelecidos e os outsiders*. Nela, os autores apresentam o estudo feito em um bairro de uma cidade no interior da Inglaterra, onde havia os estabelecidos, ou seja, os moradores do local, e os *outsiders*, os novos moradores do bairro vizinho. Para Elias e Scotson os *outsiders* seriam aquelas pessoas que não se adequavam aos padrões de vida dos estabelecidos, pois os segundos viam os primeiros como pessoas que não partilham os valores e o modo de vida vigente.

Ao analisar o choque cultural no Sudoeste do Paraná, observa-se uma inversão, pois os estabelecidos passaram a ser os novos ocupantes, os migrantes do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, e os *outsiders*, os caboclos que habitavam a região. Tal inversão se deu pelo fato de que os novos habitantes, impulsionados pelo fluxo migratório propiciado pelo Governo Federal, chegaram à região providos de uma “cultura” diferente, tida como superior, ignorando os moradores locais. O encontro do grupo antigo (caboclos) com o grupo novo (migrantes) que passaram a conviver nas mesmas limitações não aconteceu sem embates, sem choques étnicos ou identitários, ou seja, sem choques culturais.

Os confrontos aconteciam de maneira recorrente, pois ambos os grupos andavam sempre armados, portando revólveres ou facas. O convívio era bastante tumultuado e não raras vezes as diferenças eram resolvidas violentamente nos momentos de lazer, nos bailes ou nas carreiras de cavalos.

Os recém-chegados migrantes rio-grandenses e catarinenses se intitulavam, e eram reconhecidos, como portadores de uma cultura mais elevada frente aos caboclos, impondo-se, com o apoio do governo, como estabelecidos. Eles se afirmavam como os pioneiros, considerando-se como detentores de um valor humano elevado para o desenvolvimento do progresso econômico da região. Os caboclos acabaram tornando-se *outsiders*, considerados de valor humano inferior e estereotipados pelo grupo estabelecido, pois eram vistos como

pessoas sem vontade de trabalhar, nômades, sujeitos, que não tinham e interesse em garantir um futuro promissor e de acumular bens.

Seguindo esta linha de pensamento, observa-se, na análise de Elias e Scotson, que a “superioridade social e moral, percepção e reconhecimento próprio, pertencimento e exclusão são os elementos dessa dimensão da vida social que o par estabelecidos-*outsiders* ilumina exemplarmente: as relações de Poder” (ELIAS e SCOTSON, 2000, p. 8).

Os migrantes (estabelecidos) se impuseram, se instituíram como superiores, ocupando posições e conquistando prestígio, se intitulando como a “boa sociedade”. Como eram detentores de maior poder aquisitivo e de outras concepções de moradia e propriedade, construía suas casas de madeira cerrada, com assoalho e forro, cultivavam pomares e mantinham pocilgas e galpões para guardar ferramentas e sua produção. Os caboclos (*outsiders*) não dispunham das mesmas condições dos migrantes, não tinham tal apego à propriedade e se viam sufocados pela nova sociedade que começara a se instalar. Seu cultivo de subsistência e suas safras de porcos soltos não se adaptavam mais à nova realidade regional.

Em seus relatos, a Senhora Catarina Khol Fiorese, oriunda de Santa Catarina, relembra:

Chorei muito quando aqui cheguei. Meu Deus, eu dizia, Agustinho com quem vamos casar nossos filhos, aqui só tem essa negrada, eu quero ir embora daqui, eles vive que nem bicho, parece que não tomam banho, eu não quero viver com essa gente, parece que nem religião eles tem, meu Deus, tu tinha que vê a casas deles, eram de chão batido, o bicho tudo solto, meu Deus, era muito feia a situação daquele povo... (CATARINA KHOL FIORESE, 2012)⁴

Os migrantes estabeleciam uma plena distinção entre o nós e o eles, colocando-se sempre como superiores e não aceitando as formas de vida dos caboclos vendo sua cultura como a melhor e mais distinta. Em relação às formas de diferenciação, pode-se refletir, a partir das proposições de Elias e Scotson, que:

⁴ Catarina Khol Fiorese, descendente de Italianos com alemães, residente no município de Santo Antonio do Sudoeste.

O problema é saber como e por que os indivíduos percebem uns aos outros como pertencentes a um mesmo grupo e se incluem mutuamente dentro das fronteiras grupais que estabelecem ao dizer “nós”, enquanto, ao mesmo tempo, excluem outros seres humanos a quem percebem como pertencentes a outro grupo e a quem se referem coletivamente como “eles” (ELIAS e SCOTSON, 2000, p. 38).

É inegável que houve convivência entre ambos os grupos, mas também não há como dizer que esta convivência não foi conflituosa, pois havia a disputa territorial, social e as desavenças pela forma de cultivo e criação de animais decorrente da negação à forma de vida dos caboclos. Esse convívio hostil entre os estabelecidos e os *outsiders* era recíproco, o que se pode ser percebido, por exemplo, pela forma de tratamento utilizado por ambos os lados. Os estabelecidos eram denominados pelos caboclos de “gringos” e “alemão batata”, e os *outsiders* eram chamados pelos migrantes de “caboclada” ou “negros”.

Os migrantes na década de 1940 chegaram ao Sudoeste do Paraná trazendo consigo a ideia de progresso e superioridade, pois estas famílias geralmente vinham em grupos, criavam comunidades e construía escolas e igrejas.

Os *outsiders* (caboclos), além de possuírem uma religiosidade menos ligada aos templos, gostavam muito de bailes. Em cada casa construída fazia-se um grandioso fandango, que poderia durar até dois dias. Os estabelecidos (migrantes) não gostavam de frequentar os mesmos espaços, pois viam os caboclos como desordeiros, que gostavam de beber e fazer confusão. Novamente pode-se refletir sobre esse tipo de julgamento com base nas reflexões de Elias e Scotson (2000, p. 27), para quem “a anomia talvez seja a censura mais frequente a lhes ser feita; repetidamente, constata-se que *outsiders* são vistos pelo grupo estabelecido com indignos de confiança, indisciplinados e desordeiros”.

Os migrantes quando chegavam à região, construía uma comunidade, com igreja em geral luterana, nas comunidades de alemães, e católica, nas comunidades italianas, assim como uma pequena escola. Suas festas eram realizadas de maneira mais coletivas ou com ligações religiosas. Ainda no quesito das sociabilidades, em cada comunidade construía uma cancha de bocha para encontros nos finais de semana.

O casamento entre estabelecidos e *outsiders* era praticamente impossível. Nos bailes, as moças se recusavam a dançar com os caboclos, acusando-os de mau cheiro, pois eles não tinham por hábito se banhar e cheiravam a fumaça decorrente da forma de suas casas e do

fogo de chão. Boneti relata, em relação à exclusão do caboclo, que “à medida que os migrantes foram chegando, assumindo o comando da dinâmica produtiva e social, construindo uma infraestrutura social com capelas, escolas etc., os caboclos foram sendo excluídos gradativamente do convívio social” (BONETI, 1998, p. 118). Reforçando essa situação havia o fato de que em cada vila era nomeado um inspetor com poderes de prender e soltar a quem lhe conviesse e sendo essa uma regra estabelecida, a repressão se dava geralmente sobre o caboclo.

O grupo estabelecido tentou se legitimar desqualificando os *outsiders*, atribuindo-lhes características de inferioridade, inculcando o preconceito e difamando sua imagem. A partir das reflexões de Elias e Scotson, é possível pensar sobre as formas de estigmatização, observando que:

Seu poder de ferir depende da consciência que tenham o usuário e o destinatário de que a humilhação almeja por seu emprego tem o aval de um poderoso grupo estabelecido, em relação ao qual o do destinatário e um grupo outsiders, com menores fontes de poder. Todos esses termos simbolizam o fato de que é possível envergonhar o membro de um grupo outsider, por ele não ficar a altura nas normas do grupo superior, por ser anônimo em termos dessas normas (ELIAS e SCOTSON, 2000, p. 27).

Essa construção da imagem de superioridade dos estabelecidos levou, muitas vezes, à retirada dos *outsiders*. Eles se refugiaram em locais mais longínquos dos vilarejos, ou se tornaram funcionários nas propriedades dos migrantes que compraram as posses dos caboclos e alocaram a sua mão de obra para trabalhar em suas lavouras. Assim, se delineou a estratificação social que passou a existir na região Sudoeste do Paraná.

Por outro lado, não foi apenas entre migrantes e caboclos que ocorreram conflitos. No próximo capítulo serão tratadas as questões relativas ao levante de 1957 entre colonos migrantes e as companhias colonizadoras pela posse da terra na região.

Capítulo II - COMPANHIAS E COLONOS, CONFLITOS NA FRONTEIRA

Os conflitos agrários se acentuaram com a chegada das Companhias de terras na Fronteira com a Argentina. Com destaque para as ações da Companhia de Terras Apucarana, que instalou seus escritórios na cidade de Capanema e Santo Antônio do Sudoeste. A serviço da Companhia, os jagunços desencadearam uma série de conflitos, o que levou os colonos, migrantes que haviam a chegado aqui com a marcha para o Oeste na grande maioria do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, a se organizarem, fazendo várias mortes ocorrer tanto entre colonos quanto entre jagunços.

A história do Sudoeste do Paraná está intimamente vinculada à luta pela posse da terra entre colonos e a elite política e economicamente dominante. Foram travadas batalhas judiciais ou lutas e massacres, desencadeando uma verdadeira guerra na Fronteira Sudoeste do Paraná, na divisa entre Brasil e Argentina.

A região foi alvo de várias disputas pela titulação da área da Gleba Missões. Porém, tais disputas se agravaram quando Jose Rupp, madeireiro, advogado e explorador de erva mate de Santa Catarina, recebeu ganho de causa pelo fornecimento dos dormentes a Brasil Railway Company durante a construção da estrada de ferro. Como o governo havia federalizado o patrimônio da empresa, em 1940, dezoito anos após a ação, Rupp se acreditou no direito de cobrar sua dívida da União. Em várias oportunidades, ele tentou acordos e, como todos foram frustrados, ele acabou vendendo seus direitos a Mario Fontana, amigo do Governador Moisés Lupion. Uma vez trocado o credor, as regras do jogo se alteraram e a União passou a julgar procedente tudo o que antes era entendido como improcedente, titulando à recém criada Clevelândia Industrial e Territorial – CITLA, a gleba Missões⁵ e a gleba Chopim, conforme aponta Hermogines Lazier:

O que era indevido passou a ser legítimo. Aquilo que era indeferido passou a ser deferido [...] apenas quatro meses depois a mesma superintendência acertou com o acordo, agora já com a CITLA e não com Jose Rupp,

⁵ Gleba Missões e Gleba Chopim, foi a divisão territorial feita nas terras do Sudoeste do Paraná, que compreende a região de Palmas até a Fronteira com a Argentina, sendo a Gleba Chopim, na região de Pato Branco e a Gleba Missões, na região de Francisco Beltrão.

titulando não somente a Gleba Missões, mas, também parte da Gleba Chopim (LAZIER, 1978, p. 10).

Em um ato que pode ser considerado arbitrário, a CITLA não apenas adquiriu a Gleba Missões do Governo Federal, como também a Gleba Chopim, em 1950. Toda a negociação foi feita através da Superintendência das Empresas Incorporadoras ao Patrimônio da União – SEIPU. A transação aconteceu pelo valor de 10 milhões de cruzeiros, segundo analistas uma quantia módica por uma área de terras ricas em araucária, a maior reserva do Brasil deste tipo de floresta, tratando-se de uma área maior do que a do Distrito Federal.

A titulação da área de 475.200 hectares de terra incluiu toda a área da CANGO, que já havia assentado mais de 3.000 colonos, migrantes, e vários núcleos urbanos, como Capanema, Santo Antônio do Sudoeste, Francisco Beltrão e Pato Branco. Segundo Zanoni, esse ato foi completamente arbitrário e os números demonstram o tamanho da irregularidade:

A escritura de dação em pagamento, assinada em 17 de novembro de 1950, abrangeu uma área de 198.000 alqueires, incluído faixa de fronteira com Argentina, a colônia Agrícola Nacional General Osorio – CANGO, diversas propriedades particulares, inclusive uma área de 27.775 hectares vendida pela Superintendência a firma Pinho e Terras Ltda, em 22 de maio de 1950. As posses de agricultores acolhidos pela CANGO, em número aproximado de 3.000 famílias e as sedes distritais e dos municípios de Francisco Beltrão, Santo Antônio e Capanema (ZANONI, 1987, p.34).

A companhia Pinho e Terras Ltda havia adquirido essa área de terras em Santo Antônio do Sudoeste. Seu proprietário era Alberto Delcanalle, também era presidente da Braviaco. Diante disso, nota-se o conluio entre a Braviaco, o Grupo Lupion e a CITLA, pois, quando suas formas de constituição e seus sócios são observados, percebe-se ainda que se tratam sempre das mesmas pessoas, que de alguma forma elas estão sempre ligadas.

A partir daí começou, então, uma batalha política. O partido de oposição, o PTB, representado pelo Senador Otho Maeder e pelo deputado Estadual Anibeli, implementou ações junto ao Tribunal de Contas da União alegando a inconstitucionalidade da negociação, fazendo com que o Tribunal negasse a titulação em favor da Companhia CITLA.

Diante dos fatos e da recusa do Tribunal de Contas da União, o Conselho de Segurança Nacional decretou que todos os Cartórios do Estado do Paraná não deveriam registrar a titulação da escritura em favor da CITLA. A estratégia do então Governador Moises Lupion, foi criar o Cartório de Registro de Imóveis de Santo Antônio do Sudoeste, no qual foi registrada a escritura, antes que fosse recebida a ordem do Conselho de Segurança Nacional.

Percebe-se, então, a tensão político-partidária que existia na região e nas esferas estadual e federal. A partir das eleições em 1951, nas quais se elegeu Bento Munhoz da Rocha Neto, do PTB, foram proibidas às coletorias o fornecimento das SISAS (imposto que incide sobre transações imobiliárias), imposto para o registro de escrituras. Essa foi a maneira encontrada pelo governador para neutralizar a grilagem das companhias na região. Nesse sentido Zanoni afirma:

Bento Munhoz da Rocha, governador do Estado no período de 1951-1955, julgado conveniente que se aguardasse a decisão judicial sobre a escritura de dação em pagamento, a favor da CITLA, proibiu, através da portaria n.419, de 2 de junho de 1952, o recolhimento dos impostos de transmissão e propriedade, SISA, de qualquer transação imobiliária nas glebas Missões e Chopin (ZANONI, 1987, p. 38).

As companhias ficaram neutralizadas durante o governo de Bento Munhoz da Rocha Neto, do PTB, e os colonos buscavam formas de legitimar suas posses, pois temiam que acontecesse com eles o que aconteceu com o Contestado, quando os colonos foram expulsos pela força policial. Tal receio provocava uma ocupação desordenada, ocorrendo derrubadas de forma voraz, que dizimavam a enorme floresta de pinheiros, o que inviabilizava as pretensões do grupo Lupion em instalar na região uma fábrica de celulose. Isso fez com que a CITLA mudasse o foco e passasse a tender para a comercialização das terras das quais se dizia ser a proprietária.

Zanoni explica, ainda que:

A CITLA, [...] seu diretor Mario Fontana, tinha como objetivo inicial implantar uma grande indústria de celulose na região. O assentamento de

colonos do sul era objetivo secundário dentro do projeto da Companhia de terras. Esses deveriam ser alocados apenas nas áreas de terras de mato branco (ZANONI, p. 44, 2005).

Em 1956, Moises Lupion se elegeu novamente governador. Por pressão de seus financiadores de campanha, ele fez com que Mario Fontana dividisse a CITLA com mais duas colonizadoras: a Comercial, que atuava mais na região da Gleba Chopim, e a Apucarana, que agia na região da fronteira, abrindo escritórios em Santo Antônio do Sudoeste e Capanema.

Iria Zanoni apresenta duas versões sobre esse parcelamento da CITLA:

Uma versão, a mais divulgada, afirma que, por ocasião de sua segunda campanha eleitoral, o Sr. Moises Lupion assumiu dívidas significativas com João Simões, diretor do Banco do Estado do Paraná e com Jorge Amim Maia, na época prefeito de Apucarana. Como pagamento das dívidas, ao primeiro, couberam as terras comercializadas pela Comercial Agrícola e, ao segundo, as comercializadas pela Apucarana (ZANONI, 1987, p. 49).

Já a segunda versão, ainda conforme Zanoni, aponta à necessidade de Mario Fontana que, devido a problemas com dívidas internacionais, precisou entregar partes das terras às companhias colonizadoras. Nas palavras da autora,

[...] Mario Fontana, diretor presidente da CITLA querendo participar do Projeto Celulose, assumiu no estrangeiro, principalmente na França, dívidas exorbitantes. Como Fontana não tinha recursos para pagar essas dívidas, foi obrigado a entregar parte das terras das Glebas Missões e Chopim as duas Companhias (ZANONI, 1987, p. 50).

Com a criação dessas duas companhias, ocorreu uma divisão territorial para a exploração das terras no Sudoeste. A CITLA ficou com as regiões de Francisco Beltrão e Pato Branco, Apucarana com a Fronteira e, finalmente, a Comercial com as áreas de Dois Vizinhos e Verê. Ressalte-se que, como toda a área estava em litígio, até mesmo as sedes dos municípios permaneciam como objetos de negociações por parte das companhias. Isso fez

com que começassem a se movimentar não apenas os agricultores, como também todo o comércio e a população urbana, que se via forçada a adquirir seu próprio lote das companhias.

Havia um grande interesse, por parte dos comerciantes, de que os colonos se tornassem definitivamente proprietários de suas terras, pois ambos os grupos tinham interesses comuns. O comerciante era um tipo de agente financeiro para o agricultor, pois fornecia-lhes mercadorias, todo o mantimento anual, além de comprar toda a produção agrícola produzida.

Sobre a relação comerciante-colono, Abramovay observa:

Embora diferentes, eles pertencem a um mundo comum. E o que marca este mundo é a personalização das relações sociais. O pequeno agricultor quando fala de um comerciante sempre se refere a ele pelo nome. Ele desempenha sua função enquanto pessoa [...] é capaz de compreender as dificuldades por que passa o agricultor, fornece-lhe um adiantamento, prorroga-lhe uma dívida [...] uma relação de dependência que amplia as bases de exploração do agricultor pelo comerciante (ABRAMOVAY, 1981, p. 93-94).

Assim, é possível perceber a dependência do colono em relação ao comerciante, bem como a necessidade do segundo de defender a causa do primeiro, assumindo-a. Os comerciantes começaram, pouco a pouco, a declarar abertamente seu apoio aos colonos no enfrentamento às companhias.

2.1 Criação do Cartório de Registro de Imóveis em Santo Antônio do Sudoeste

Com a instalação do município de Santo Antônio do Sudoeste, pela Lei n.º 1.542 de 14 de Dezembro de 1953, foi criada a Comarca Judiciária de Santo Antônio, pelo Governador do Estado Bento Munhoz da Rocha. No dia 24 de Abril de 1954, já no Governo de Moises Lupion, foi oficialmente instalada a Comarca que abrangia os municípios de Santo Antônio

do Sudoeste, Capanema e Barracão. Com a instalação da Comarca foram instalados também os Cartórios⁶.

Alguns autores mencionam as arbitrariedades ocorridas na criação do Cartório do Registro de Imóveis de Santo Antônio, que foi instalado apressadamente e em sigilo para efetuar o registro de um imóvel que estava em litígio. Colnaghi afirma que “a escritura de doação em pagamento foi outorgada pela SEIPN, em 17 de novembro de 1950 e lavrada no Cartório do 6.º Ofício de Notas do Rio de Janeiro” (COLNAGHI, 1984, p. 60).

Já Wachowicz relata a criação do Cartório da seguinte forma:

A pedido do INIC, o Conselho de Segurança Nacional avisou por ofício todos os cartórios do Paraná e Santa Catarina para que não lavrassem a escritura a CITLA, na região de fronteira. O Cartorário de Clevelândia negou-se a registrar na região a referida escritura. Foi então novamente acionado o governo do Estado. Os deputados do PSD na Assembleia Legislativa eram subservientes in executivo, desmembrando o cartório, foi imediatamente aprovado, embora não houvesse necessidade funcional para tanto. Então instalado um cartório em Santo Antônio do Sudoeste e a escritura transcrita incontinente. Mais uma arbitrariedade era cometida no lusco fusco do governo Lupion (WACHOWICZ, 1987, p. 152).

No entanto, não se pode afirmar categoricamente tal arbitrariedade relativamente à criação do Cartório de Registro de Imóveis, pois, a princípio, o estabelecimento foi criado em função da criação da Comarca. Por outro lado, é inegável que esse novo registro da escritura feita, em 1950, em um cartório no Rio de Janeiro, agora realizado no Cartório de Registros de Imóveis de Santo Antônio do Sudoeste⁷ fez aumentar muito o poder da CITLA, que passava a deter a propriedade da Gleba Missões (ANEXOS I a VI).

A escritura de doação em pagamento da dívida estava, segundo Wachowicz, rodeada de irregularidades, conforme o autor:

A – foi violado o artigo 156 da Constituição Federal que exigia autorização do Senado Federal em toda transação imobiliária acima de 10.000 hectares;

⁶ Nesse caso os titulares eram: Ary Hofmann (Tabelião); Waldemiro Petry Machado (Registro Civil e Cartório de Crime); Augusto Ortega (Registro de Imóveis); Gaspar Mendes (Cartório Eleitoral).

⁷ Protocolada no livro 01, página 54 no ano de 1956, com o número de ordem 300, e registrada no livro de transcrição de escritura livro 3 pagina 95 transcrição n.º ordem 290 na data de 04/12/1956.

B – não foi cumprido o dec. Lei 7.549 de 6 de agosto de 1946 que exigia que toda a alienação, por parte da União, de terras que pertencem a São Paulo Rio Grande nos Estados do Paraná e Santa Catarina, só poderia ocorrer mediante concorrência pública e por preços nunca inferiores a avaliação;

C – não foi ouvido o Tribunal de Contas da União, como manda o dec. Lei 426 de 12 de maio de 1948;

D – não foi autorizado a transação pelo Conselho de Segurança Nacional, de acordo com o art. 180 da Constituição Federal, visto que parte das terras em questão se encontravam na faixa de fronteira, com o agravante de haver a transação atingido a CANGO, há muitos anos instalada na região;

E – havia dúvidas antes e depois da transação com a CITLA, sobre quem era o verdadeiro proprietário da gleba Missões: O Estado do Paraná e a União estavam na justiça. Estava, portanto, a questão sub judice, não podendo a mesma ser alienada pela União (WACHOWICZ, 1987, p.152).

Diante dessas considerações pode-se perceber a possibilidade de um acordo entre o Governo do Estado e as Companhias, pois a existência de apenas um dos itens acima apresentados já seria suficiente para tornar a negociação ilegal.

2.2 Ação das Companhias

Com o retorno de Moises Lupion ao Governo do Estado, a instabilidade e a insegurança retornaram à região, e de forma ainda mais contundente. Isso porque as companhias de terra tinham o apoio do governo do Estado e o acesso a todo o aparato governamental. Os colonos não sabiam a quem recorrer para pedir ajuda, pois, no campo político, contavam apenas com o Senador Othon Maeder em Brasília, e com o Deputado Estadual Anibelli. Ambos faziam uma ferrenha oposição ao governador Moises Lupion, o que possibilitou que tratassem a problemática dos colonos com toda atenção.

A Companhia Apucarana, com seus escritórios em funcionamento, contratou vários jagunços para trabalharem como “corretores”, cabendo a eles visitar os agricultores e lhes explicar como a companhia iria proceder nos trabalhos na região. Segundo Wachowicz, sobre a “corretagem” praticada pelos jagunços, verifica-se o seguinte:

Eram verdadeiros corretores armados. Ganhavam porcentagem das terras que conseguissem cobrar. Os jagunços percorriam a região em jipes DKV, pintados de amarelo, sempre ocupados por homens portando metralhadoras e pistola calibre 44 e 45 (WACHOWICZ, 1987, p. 172).

Os “corretores” chegavam até os agricultores fortemente armados amedrontando a todos na região. Os colonos não podiam contar com o apoio da polícia local, que se encontrava também a serviço das Companhias. Conforme afirma Wachovicz:

Autoridades do governo do Estado colaboraram nesse esquema. Nas delegacias de polícia da Região Sudoeste, foram colocados delegados submissos, que acatavam inclusive ordens emanadas dos gerentes das Companhias. Nos atos de coação a que eram submetidos os colonos para pagarem suas terras, era frequente a participação de policiais (WACHOWICZ, 1987, p. 172).

Conforme o mesmo autor, os jagunços agiam de forma violenta e brutal. Com o intuito de coagir os colonos, cometiam todo o tipo de atrocidades, como estupros, espancamentos, assassinato de animais. E o Estado assistia a tudo de forma apática, permitindo a grilagem e a extorsão dos colonos. Como forma de tentar combater os atos sofridos por parte das Companhias, os colonos começaram a se aglutinar e a somar forças para enfrentar o aparato de coação que lhes era imposto.

Para Wachowicz, os colonos tentaram se impor judicialmente contra a Companhia Apucarana. Agricultores procuraram o Advogado Edu Potiguara Bublitz, para que ele os rerepresentasse numa ação junto ao Fórum de Santo Antônio do Sudoeste. Dos 200 colonos que o procuraram, sessenta de imediato passaram-lhe uma procuração. Diante disso, a Companhia procurou o advogado e ofereceu a ele 15.000,00 cruzeiros. Como não aceitou a proposta, Bublitz começou a ser, ele também, perseguido pelos jagunços da companhia (WACHOWICZ, 1987, p. 170).

O Diretor da Companhia em Santo Antônio do Sudoeste, senhor Gaspar Kraemer, fazia comentários nas bodegas dizendo que se os colonos não aceitassem as ordens da Companhia seria necessário matar apenas uns vinte ou trinta colonos, que os demais

obedeceriam. Advertido pelo juiz para que agisse dentro da lei, sem violência, o Diretor teria respondido que a justiça era muito “morosa” (WACHOWCIZ, 1987, p. 171).

O clima de insegurança era gigantesco, o que fez o advogado Bublitz não conseguir mais permanecer na cidade. Conforme Wachowciz:

[...] com o clima de intimidação instalado na fronteira, Bublitz foi para Curitiba pedir garantias ao Corregedor da Justiça e a Ordem dos Advogados do Brasil [...] retornando, não encontrou mais ambiente propício para exercer sua profissão [...] foi obrigado temporariamente abandonar a região (WACHOWCIZ, 1987, p. 170-171).

Os colonos, cada vez mais acuados, procuraram também outros jagunços e desordeiros que habitavam a região para pedir ajuda na organização de um enfrentamento contra as Companhias. Eles contrataram Pedro Santin, cunhado de um morador de Capanema, que se disponibilizou a ajudar. Vale lembrar que Pedro Santin, já havia trabalhado a favor da Companhia e que agora mudara de lado.

Augusto Pereira, grande líder local que estava a serviço da CANGO, mesmo não tendo nenhum documento que comprovasse seu vínculo com a Colônia Agrícola, intitulava-se guarda florestal. Ele morava no interior do município de Santo Antônio do Sudoeste, na Linha São Pedro Florido e trabalhava na alocação dos colonos que chegavam, via Barracão, na região, ajudando-os na escolha das áreas ainda não ocupadas. Por fim, o guarda florestal encaminhava os colonos para fazerem a documentação junto a CANGO, em Francisco Beltrão. Como forma de demonstrar a união dos colonos que se sentiam acuados pelo poder da Companhia Apucarana, Augusto Pereira, com a ajuda de Rosalino Albano da Costa, fez um abaixo assinado na região, colhendo assinaturas de mais de 2 mil pessoas, denunciando a violência das companhias e a conivência da polícia. Augusto Pereira e Rosalino Albano da Costa viajaram a Brasília para entregar o documento com as assinaturas colhidas ao Presidente Juscelino Kubitschek. Lá deixaram o material com o Senador Othom Mader, que se mostrava sensível ao problema.

Por outro lado, a Companhia Apucarana foi ágil na conquista local. Seu primeiro ato foi a doação de uma área central para a instalação da Igreja, com o objetivo de atrair o apoio das autoridades católicas para seus interesses. Esse movimento foi bem sucedido, pois o padre

Jose Vandersmidt, de Pranchita (distrito de Santo Antônio do Sudoeste), foi um dos que passou a defender as ações da Companhia. Ele inclusive aconselhava os fiéis a assinarem os contratos para que pudessem se tornar legítimos proprietários. Wachowicz comenta o relato feito pelo Padre ao juiz, relativamente ao que estava acontecendo:

O vigário de Pranchita, ao qual a CITLA havia prometido 500 mil cruzeiros para a paróquia, escreveu: Parecia uma procissão de cavalaria de assalto. Passaram num caminhão e muitos cavalos. Não conseguiram nada. Aprenderam que a CITLA é legal. (WACHOWICZ, 1987, p. 169).

Destaco aqui uma importante entrevista feita por Ruy Wachowicz, contendo relatos de como agiam as companhias na coação aos colonos. A entrevista, feita com o Deputado Antonio Anibeli, apresenta os seguintes fatos:

[...] Eu vi um caminhão parado no meio da estrada. Era dentro da cidade o caminho para ir para a frente. Perguntei o que era aquilo. Disseram que era o jagunço da companhia que não deixava passar o caminhão com colonos. Dai eu fui. Gritaram:

– Não vá que ele lhe mata...

Desci. Estava o jagunço da companhia de costa para o seu escritório, conversando com alguém que estava do lado direito do chofer. Eu cheguei do lado esquerdo. Fiquei ouvindo a conversa:

– Tem que assinar o contrato, se não assina o contrato...

– Mas eu comprei os direitos [...]

– Mas não adianta. O senhor comprou direitos de quem não tinha, de posseiros. A Companhia que é a dona. A ordem é essa. (apud WACHOWICZ, 1987, p. 175).

A instalação da companhia causou impacto na região, pois, além dos escritórios, foram instalados aeroportos para pequenos aviões em Pranchita e Capanema. O pessoal responsável pela medição de terras chegou em dois aviões, que pousaram no aeroporto de Pranchita, causando um alvoroço na população local.

Os agricultores, mesmo tendo tomado posse da terra através do trabalho da CANGO, não tinham nenhum documento que lhe assegurasse judicialmente a propriedade. Pois, como a

região estava em litígio, a CANGO lhes oferecia apenas um protocolo que lhes permitia a delimitação de sua área de terras.

Ainda pelo relato do Deputado Antonio Anibeli, havia uma franca convivência das autoridades em relação às ações das Companhias. Conforme suas memórias:

[...] O Senhor veja; dentro da sede do município, o jagunço responsável pelo escritório da companhia, está ao lado onde morava o tenente da polícia. Não deixava transitar veículos que conduzia mudanças. Em cima do caminhão duas mulheres, senhoras, cada uma com um nenezinho no colo e com o chofer, dois homens (apud WACHOWICZ, 1987, p.175).

Portanto, pode-se perceber que a pressão aumentava cada vez mais, e os colonos acabaram por reagir, situação essa que provocou a união entre eles. Os fatos eram comentados a cada roda de conversa, e ficava claro que algo devia ser feito urgentemente. Na tentativa de reação, os colonos aliaram-se eles também a pessoas consideradas fora da lei para se defenderem dos jagunços das Companhias.

2.3 Os municípios da Região de Fronteira e os Cenários do Conflito

Os municípios de fronteira foram todos emancipados na mesma época. Isso porque o objetivo da emancipação era o de se criarem núcleos populacionais na fronteira, para começar a organizar a entrada e saída de produtos. Com a emancipação, teve início um trabalho alfandegário mais qualificado, o que fez controlar-se a saída desenfreada de erva-mate do Brasil para a Argentina.

Os três município que serão aqui apresentados permitem observar nuances da política adotada na fronteira, pois a cada troca de governo acontecia a troca de todos os prefeitos. O que demonstra que os prefeitos pertenciam sempre à situação.

Santo Antônio do Sudoeste

A povoação no município teve início ainda nos primeiros anos do século XX. Por ser um município fronteiriço, teve sempre grande destaque, seu nome sempre aparecia nas questões judiciais entre Brasil e Argentina. O rio que divide os dois países, e que leva o nome Santo Antônio, pode ser encontrado em todas as análises de disputa da Fronteira.

Através da Lei 790 de 14 de novembro de 1951, o município foi desmembrado de Clevelândia, datando sua instalação de 14 de Dezembro de 1952. Na primeira eleição do município foi eleito prefeito, com 346 votos, o candidato do PTB, Percy Schreiner. O PTB era um partido aliado ao Governo do Estado do Paraná, que tinha como Governador Bento Munhoz da Rocha Neto. Seu principal opositor era o Dorival Gabriel Bandeira, do PSD, que alcançou 260 votos.

Nessa época, Santo Antônio do Sudoeste tinha poucos habitantes. A população muitas vezes se confundia entre brasileiros e argentinos, sendo, na sua grande maioria, composta por migrantes. Uma parcela muito pequena da população possuía os documentos necessários para poder votar nas eleições, fato que ficou evidente por conta do pequeno número de votos recebidos pelos dois candidatos a prefeito.

Por outro lado, a CANGO, que havia sido instalada em Francisco Beltrão em 1943, havia encaminhado para a região centenas de famílias. E não se pode ignorar a população que entrou no município por Barracão. Essas pessoas que haviam sido registradas nos documentos de assentamento da CANGO, e que vinham a convite de parentes ou até mesmo por iniciativa própria e tomavam posse de seu quinhão de terra, já que nessa época a região se constituía em um grande vazio demográfico era tida como uma terra de ninguém.

Barracão

Através da Lei de criação número 790, de 14 de novembro de 1951, este município também foi desmembrado de Clevelândia, datando sua instalação de 14 de dezembro de 1952. Em sua primeira eleição municipal, aconteceu um fato inusitado: a cada 18 eleitores, um era

candidato, ou seja, 5,4 % dos eleitores eram candidatos ao governo municipal. Barracão tinha uma população de 166 eleitores, sendo que compareceram 142 votantes, ficando a abstenção em 24 ausências. O primeiro prefeito eleito foi Misael Siqueira Bello, do PTB, mesmo partido do Governador do Estado.

E em virtude do acordo entre Paraná e Santa Catarina relativo à Questão de Palmas, a vila foi dividida em duas partes, ficando, de um lado, Dionísio Cerqueira (Santa Catarina) e, de outro lado, Barracão (Paraná). E, ainda, Barracon, que mais tarde passou a ser chamado de Bernardo Irigoyenna (Argentina)⁸.

Logo, estar no Brasil ou na Argentina, no Paraná ou em Santa Catarina, nem sempre era claro, uma vez que as fronteiras permanecem nebulosas, nublando igualmente a localização. É inegável a questão do contrabando e do descaminho, o que dificulta a fiscalização de ambos os países e estados da tríplice fronteira. Por outro lado, as populações dessa região têm vivido de forma harmoniosa, não registrando maiores conflitos.

Na época da Revolta dos posseiros, de 1957 o prefeito de Barracão era Clinio Teixeira dos Santos, do PSD, aliado do então Governador Moises Lupion. Essa configuração política fez com que o município desse todo o amparo às Companhias de Terras.

Capanema

A fundação do município de Capanema data também de 14 de novembro de 1951. Através da Lei 790, sua instalação foi feita em 14 de dezembro de 1952, quando foi desmembrado de Clevelândia.

O nome foi escolhido em homenagem ao Barão de Capanema, que era o engenheiro brasileiro Guilherme Schunch. Quando de sua criação, a grande extensão territorial era composta de pura vegetação nativa, de maneira inclusive mais evidente do que a dos municípios já mencionados. O senhor Otavio Francisco de Mattos foi, então, designado para abrir estradas e desmatar o local da futura cidade. Mattos se candidatou pelo PTB. Como a

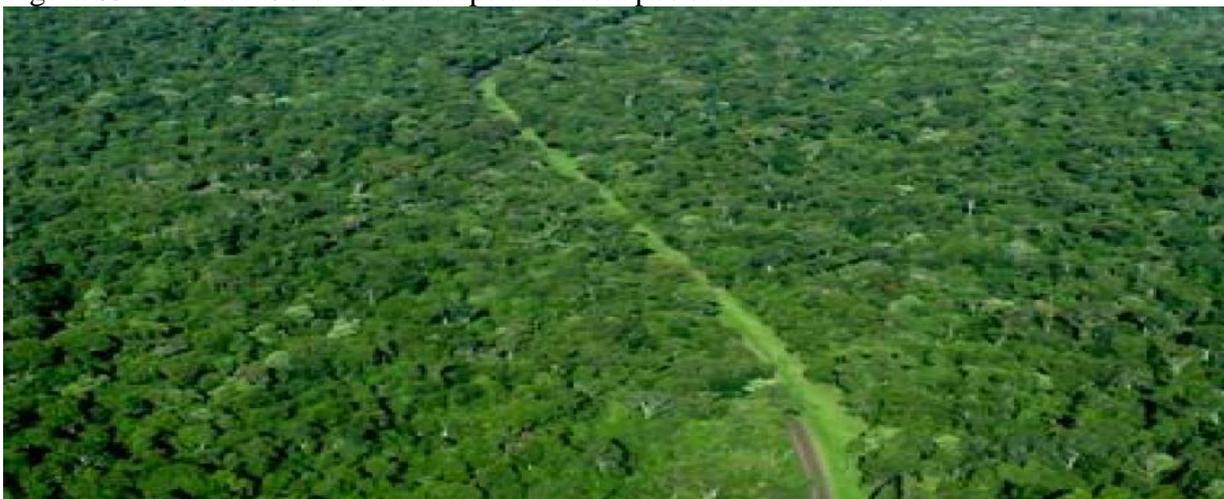
⁸ Essa divisão política pode ser visualizada na imagem da pág. 11.

grande maioria da população era composta de funcionários de sua empresa, ele se elegeu prefeito do municipal com 42 votos contra 18 do senhor Anibal Bonato, do PSD.

Diferente dos municípios de Santo Antônio do Sudoeste e Barracão, o município de Capanema teve o maior índice de candidatos nas eleições. De cada sete eleitores, um era candidato, mas alguns candidatos não conseguiram fazer nem mesmo os 6 (seis) votos mínimos exigidos para se eleger vereador.

Ainda hoje Capanema vive em constantes conflitos, pois o município é sede do Porto Lupion, nas margens do rio Iguaçu. Nessa região fica a estrada do colono, palco de grandes conflitos entre a população local, ambientalistas e políticos da esfera estadual e federal, que brigam pela abertura da estrada que liga o Sudoeste ao oeste paranaense mais precisamente a região de São Miguel do Iguaçu e Foz do Iguaçu.

Figura 03 – Estrada Colono tomada pela floresta pós seu fechamento.



Fonte: Acervo do Museu Capanema.

No ano do Conflito entre colonos e a Companhia de Terras Apucarana, o prefeito de Capanema era Osvaldo Hoffmann, do PSD, ao colocar o município e todo aparato policial a serviço da Companhia, a empresa ditava as regras no município.

Ao apresentar a constituição dos três municípios como palco deste estudo sobre os conflitos entre companhia e colonos em 1957, fica evidente o poder político instaurado na faixa de fronteira. Isso porque o governador Moises Lupion não apenas elegeu seus três prefeitos, como os colocou a serviço da Companhia de Terra Apucarana, que já tinha sede nos três municípios.

2.4 Os Crimes da Fronteira

E inegável o aparato de armamentos com o qual os jagunços das Companhias que agiam na região contavam. Eram utilizados todos os meios de coação para que o colono assinasse as promissórias e os contratos impostos pelas companhias. A insegurança e o medo faziam parte do cotidiano dos colonos, uma vez que, estando o poder público a serviço somente do capital, eles se encontravam abandonados à própria sorte.

Ao se analisar o discurso do Senador Othon Mader, torna-se evidente a forma inescrupulosa por meio da qual agiam as companhias. Há relatos de colonos mortos na faixa de fronteira, sendo que, ainda segundo o senador, não foram estabelecidos inquéritos, já que os delegados nem mesmo registraram as ocorrências. A determinação era de não se reportar aos crimes praticados pelas companhias: “esses crimes ficam geralmente impunes, não se instauram para eles, os inquéritos. As autoridades não tem interesse em descobrir os assassinos para não puni-los. E a razão porque, nos cartórios daquelas regiões, não há provas de quem hajam sido posseiros ou colonos” (Sen. Othon Mader, 1957, p.4).

Ao intensificar a pesquisa de campo para a confecção deste trabalho, foi possível confirmar as declarações do Senador Othon Mader. No Fórum de Santo Antônio do Sudoeste, nada foi encontrado, pois os inquéritos não foram instaurados, e, ainda segundo o Cartório Criminal, com o incêndio do Fórum em 1970, o pouco que existia se perdeu.

No cartório de Registro Civil não há registro de óbitos ou, quando há, este não traz o registro da *causa mortis* em seu conteúdo, o que prejudica também a pesquisa e a busca de dados dos crimes agrários ocorridos na época. Segundo Othon Mader, na sequência de seu discurso, “[...] a procura de nada adiantaria, porque a ordem é de não registrar óbitos, não abrir inquéritos, nada apurar naqueles que inadvertidamente forma abertos e de espancar, aterrorizar ou matar os audaciosos que tiveram a petulância” (MADER, 1957, p. 7). Ainda seguindo a análise do discurso do Senador Othon Mader, passa-se a relatar os mortos somente na faixa de fronteira.

Rogério Viana, Augusto da Silva e Jose Silvestre foram assassinados pelos jagunços da Apucarana e seus os corpos foram encontrados nas proximidades da Balsa do Rio Iguaçu, com as mãos atadas para traz e com pedras amarradas nos pés.

No mês de abril, um colono desconhecido foi assassinado pelos jagunços da Apucarana. Pouco se sabe sobre ele, somente que morava sozinho e que era Expedicionário brasileiro, oriundo da região do Rio Grande do Sul.

Alfredo Hann, residente no distrito de Lageado Grande, atual Município de Pérola do Oeste, teve sua casa invadida. Foi amarrado em uma árvore e terrivelmente torturado, sua mulher foi estuprada e sua filha levada para o acampamento dos jagunços, onde foi violentada pelos bandoleiros.

Eduardo Marin e Arnaldo Maram foram gravemente agredidos enquanto faziam trabalhos de agrimensura na região da Esquina Gaúcha, município de Capanema.

Lindolfo Miller, intimado a comparecer ao escritório da Companhia em Pranchita pelo chefe do escritório senhor Arlindo, foi mantido preso por capangas lá mesmo, sendo libertado somente com a intervenção do Promotor.

Adão Vasconcelos Vargas, delegado de Santo Antonio do Sudoeste, simpático às ações dos colonos, foi exonerado do cargo e passou a ser ameaçado pelos jagunços da Companhia.

Percy Schereiner, ex-prefeito e então vereador de Santo Antônio do Sudoeste, foi perseguido e ameaçado de morte pelos jagunços.

Augusto Ortega, oficial do Registro de Imóveis, por não aceitar a espoliação das companhias, recusando-se a registrar escrituras fraudulentas apresentadas pela companhia, foi perseguido e ameaçado de morte;

Esses relatos podem ser encontrados no discurso do Senador Othon Mader, proferido em 1957, que retrata a selvageria cometida pelas companhias na espoliação dos direitos dos colonos na região.

2.5 Unir-se Para Resistir

Os colonos também não ficaram apáticos à situação e começaram a revidar os ataques que sofriam. Uma vez que não podiam contar com o apoio da polícia, começaram então a buscar a ajuda de farrapos, como eram designados os bandidos que vinham para região para

escaparem à perseguição da Justiça relativamente a crimes praticados em outras regiões do Brasil.

Era preciso que houvesse união para tentar frear as ações das companhias. Os colonos trouxeram então Pedro Santin, que tinha posses em Capanema, mas que, por ora, residia na Argentina, na região da Serra do Mico, província de Misiones. Com ele vieram mais alguns farrapos, conforme nos relata Wachowicz:

[...] Na Argentina, Santin era conhecido por Pedro Capeletti, os irmão Bello, famosos pistoleiros do Rio Grande do Sul, agora agricultores no Sudoeste paranaense, Robertinho, famoso argentino que vivia refugiado numa ilha do rio Iguaçu, aderiram as causa dos colonos (WACHOWICZ, 1987, p. 171).

Elenca-se aqui um trecho apresentado por Wachowicz que, por apresentar os primeiros conflitos na faixa de fronteira, no que diz respeito ao enfrentamento entre colonos e companhias, é de suma importância:

A – em 27 de abril de 1957, os colonos, nervosos com o avanço da companhia e estimulados pela carta do Senador Othon Mader, desentenderam-se com uma equipe de agrimensores que media terras na localidade de Esquina Gaúcha. Após cerrado tiroteio entre aproximadamente 40 colonos e os funcionários da CITLA, restaram dois colonos mortos: Ermínio Vargas e Severino Piedade e alguns feridos de ambos os lados. O chefe dos colonos nesse embate foi Pedro da Silveira;
B – No dia 6 de setembro, o gerente da Apucarana, de Lajeado Grande, Arlindo da Silva, foi morto numa espera, resultando ferimentos em Vilmar Pereira de Melo, seu guarda-costas;
C – No início de setembro, o funcionário Manoel Alves Machado, da Apucarana, foi atacado na localidade de Lajeado Grande, resultando graves ferimentos (WACHOWICZ, 1987, p. 171).

Santin e seu grupo, certos de que para acabar com a ação das companhias teriam que acabar com seus diretores, programaram a tocaia do Km 17, entre Santo Antônio Sudoeste e Capanema. Os diretores, receosos dos acontecimentos, resolveram desmarcar a reunião e ordenaram que oferecessem caronas a todos os colonos que encontrassem no caminho.

Zanoni relata o resultado da tocaia organizada por Pedro Santin: quando a camionete surgiu, sem saber da cilada que lhes havia sido preparadas, abriram fogo sobre a mesma. Morreram sete pessoas: os dois funcionários da companhia e cinco colonos. Um desses colonos era pai de um dos atacantes” (ZANONI, 1987, p. 77).

Figura 04 – Sete colonos mortos na tocaia do Km 17.



Fonte: Arquivo Casa da Cultura Santo Antônio do Sudoeste

Sentindo-se mais uma vez enganados, a reação dos colonos foi condizente com os acontecimentos. Revoltados, eles fecharam o aeroporto de Capanema e incendiaram o escritório de Lajeado Grande. Diante dos ataques dos colonos, a Companhia pediu apoio à polícia militar, fechou seus escritórios e transferiu todos para Santo Antônio do Sudoeste, transformando a cidade no quartel general dos jagunços. As companhias, então, mudaram seus dirigentes, conforme nos relata Wachowicz: “foi a aliança dos colonos com os farrapos que trouxe para Santo Antônio elementos dos altos escalões das companhias. Nilo Fontana veio dirigir a CITLA e Gaspar Kraemer a Apucarana” (WACHOWICZ, 1987, p. 172).

Com os jagunços aquartelados em Santo Antônio do Sudoeste, Capanema passou ser a sede dos colonos que representavam a resistência. Wachowicz relata que “foram recrutados por Santin, cerca de 2.000 colonos, Capanema foi tomada e os elementos das companhias expulsos” (WACHOWICZ, 1987, p. 176). Diante desta situação, as famílias de Capanema e

Santo Antônio do Sudoeste atravessaram a fronteira em busca de segurança na Argentina. Conforme entrevista concedida a Ilmar Antônio Auth, Pedro Correa relata:

Durante o dia nos passávamos no Brasil, ali na beira do rio Santo Antônio no Posto Fiscal, onde hoje é a alfandega ...quando era noite passávamos todos para a Argentina, a minha família e todos os demais, ficávamos do lado de lá (AUTH, 2007, p. 20).

Temendo a reação das Companhias, muitas famílias carregavam o que podiam e atravessavam a fronteira. A população argentina, em geral, demonstrava solidariedade e recebia essas famílias e os ajudava a encontrar um lugar para fixar suas residências.

Em San Antonio, na Argentina, os moradores do perímetro urbano montaram acampamentos na praça do país vizinho. Eles ali permaneciam todas as noites, retornando somente no outro dia. Segundo entrevista de Augusto Pereira, “mais de 400 famílias passaram para a Argentina e nunca mais voltaram⁹”.

Os colonos então perceberam a força que possuíam quando se reuniam em grande número. As autoridades locais e regionais observam que os acontecimentos estavam tomando um novo rumo e que a situação ficava irreversível, pois um enfrentamento entre jagunços colonos e polícia seria algo de grandes proporções. Isso fez o governo recuar e buscar uma forma de resolver o problema, de maneira a se evitar que houvesse uma chacina na região.

O senador Othon Mader havia chamado a atenção na esfera Federal e o deputado Anibelli mobilizava a Assembleia Legislativa no Paraná, apesar de ambos fazerem parte da oposição aos governos Federal e Municipal. A imprensa estava fazendo a cobertura dos acontecimentos, que haviam tomado proporções nacionais, fato que contribuía para o fortalecimento das ações dos colonos. A solução seria conseguida por meio da persuasão, acalmando os ânimos para solução do problema de litígio agrário no Sudoeste do Paraná.

O alto comandante da Polícia do Paraná, Pinheiro Jr., convocou os representantes dos colonos cinco pessoas bem como as autoridades da região. Tais autoridades foram o deputado Cândido Machado de Oliveira neto e o Tenente Coronel Alcebíades Rodrigues da Costa, que

⁹ Augusto Pereira: foram tempos difíceis. Folha do Sudoeste, Suplemento Especial, Francisco Beltrão, 10 out., 1987, p. 15.

respondia como delegado especial nos municípios de Pato Branco, Capanema e Francisco Beltrão.

Em Foz do Iguaçu, ficou estabelecido que o Coronel Alcebíades se deslocaria até Capanema com toda a comissão e com poderes de resolver o litígio. Foi designado, ainda, o Tenente Coronel José Henrique Dias para seguir até Santo Antônio do Sudoeste (ZANONI, 1987, p. 78).

2.6 Confronto Final

O Sudoeste do Paraná se transformara em campo de batalha, pois os colonos, começaram a responder aos ataques de forma igual ou até com maior intensidade. A polícia se encontrava inoperante, sem saber como agir, pois, de um lado, estavam os jagunços, cujos métodos utilizados para persuadir os colonos eram, até então, ignorados. De outro lado, estavam os próprios colonos que, de forma organizada e em grande número, representavam força e perigo, pois se encontravam armados e prontos para o combate.

No dia 10 de outubro, através da rádio Colmeia, Ivo Tomazoni convocou a todos os colonos para se deslocarem em direção a Pato Branco. Lá aconteceria uma importante reunião juntamente com todo o comércio que apoiavam a atitude dos colonos. Em Francisco Beltrão, o Dr. Walter Pecoits, da mesma forma convocou os colonos para se deslocarem até a cidade onde será tomada uma decisão em relação às Companhias.

As duas cidades ficaram tomadas de colonos que portavam espingardas, revólveres, facões e foices. Essa era forma armada de resistência contra os jagunços que possuíam um armamento muito mais sofisticados, mas que, sem o apoio da polícia militar nada podiam fazer, pois estavam em um número muito inferior, uma vez que os colonos tinham mais de 2000 homens em cada cidade. A solução encontrada pelas autoridades nestes municípios seria tentar um acordo com seus líderes urbanos para acalmar os ânimos dos colonos. Com o acordo feito, os jagunços abandonaram a região e o Governo cedeu às solicitações impostas pelos colonos.

Nesse meio tempo o conflito persistia na fronteira. Os ânimos se acalmariam somente em Francisco Beltrão e em Pato Branco. Na noite do dia 12 de outubro, os colonos, liderados

por Augusto Pereira, tomaram a delegacia e, com grande número de homens, entraram em conflito com o Delegado que, baleado, fugiu pelos fundos.

Os colonos dominaram a delegacia e tomaram o centro da Cidade. Na manhã do dia 13 invadiram e ameaçaram depredar as residências dos que apoiavam as companhias. Foi formada, então, uma comissão para intermediar o fim dos conflitos entre os colonos e a Companhia. O clima em Santo Antônio era tenso, pois a maioria de sua população se mudara para a Argentina no intuito de fugir do confronto entre os dois grupos, algo que parecia impossível em função dos fatos que estavam ocorrendo.

Segundo Wachowicz, o Coronel Alcebiades visitou os refugiados na Argentina com o objetivo de os convencer a retornar ao Brasil: “Alcebiades dirigiu-se então aos acampamentos dos refugiados brasileiros na Argentina. Queria convencê-los a retornarem ao Brasil”. O Coronel percebeu ainda que, como a região da Fronteira era muito pobre, as lideranças Argentinas ofereciam terras e naturalização para que se decidissem a ficar (WACHOWICZ, p. 180).

Capanema já havia sido tomada pelos colonos. Sob o comando de Pedro Santin, que estava a menos 8 (oito) quilômetros de Santo Antônio, com um grupo que somava mais de mil homens eles estavam prontos para atacar Pranchita caso fosse necessário. O objetivo era auxiliar o grupo de Augusto Pereira, que, aos poucos tomava a cidade.

Um dos primeiros atos da comissão instituída em Santo Antônio foi depor o delegado e devolver o cargo a Adão Vasconcelos Vargas. A situação na cidade era tensa e, sem uma rádio na cidade, a situação era ainda mais difícil para a organização dos colonos e mesmo da polícia.

Pelo rádio da polícia local, o Chefe de Polícia começou a negociar com a comissão dos colonos, assumindo que aceitaria a indicação de Adão Vasconcelos Vargas como delegado. Wachowicz aponta que o acordo entre a polícia e os colonos foi levado a sério e os jagunços foram retirados da região:

Com a finalidade de reunir os funcionários da Apucarana em Pranchita, para evacuá-los da região, cumprindo o que havia sido prometido aos colonos [...] colocados em um caminhão porquero e escoltados por jipes, atravessaram Santo Antônio sendo retirados da região. Consta que eram cerca de 115 pessoas, entre funcionários e jagunços (WACHOWICZ, 1987, p. 181).

Os colonos se comprometeram a desocupar a cidade até o meio dia do dia 15, na certeza de que as companhias não mais agiriam na região. Isso fez com o Chefe da polícia ganhar tempo até a chegada de um novo contingente de policiais, o que ocorreu no dia seguinte. Pois o Governo Estadual não queria a intervenção por parte das tropas federais, já que isso implicaria em inquérito policial o que poderia revelar o envolvimento do governador Moises Lupion com as companhias de terra.

A cidade ficou tomada pela polícia até o dia 30 de outubro, quando aos poucos os colonos começaram a retomar suas atividades cotidianas. A situação esta resolvida em parte, pois os jagunços haviam abandonado a região, o problema da terra, porém, persistiria até a efetivação da titulação, no ano de 1962.

Diante do exposto é possível perceber que os conflitos ocorreram em todo o Sudoeste do Paraná. Muitos líderes ajudaram os colonos no confronto com as companhias, mas foi na faixa de fronteira que eles lutaram suas maiores batalhas. Foi na fronteira também que, mesmo desprovido de meios de comunicação e não tendo um comércio do seu lado, Augusto Pereira, agricultor da Linha São Pedro Florido e Pedro Santin, farrapo que morava na Argentina, na divisa com Capanema, lideraram os colonos e colocaram um ponto final a todo o conflito.

Fica evidente que os louros foram colhidos, após a revolta de 1957, por aqueles que se tornaram grandes autoridades na política do Estado. Tais homens foram eleitos prefeitos e deputados estaduais. Aqueles que lutaram as batalhas não de maneira ideológica, mas no fronte, colocando suas vidas e seus ideais à frente de qualquer interesse posterior não receberam os holofotes merecidos. Restaram uma vida e uma morte no anonimato. Pedro Santin sofreu uma emboscada e foi assassinado em 1964. Já Augusto Pereira foi atropelado por um veículo em frente a sua residência, ainda em São Pedro Florido, morrendo em 1989.

2.7 A Imprensa Local e a Revolta de 1957

Neste tópico pretende-se observar mais detidamente a construção das lideranças de Ivo Thomazoni e Walter Pecoits nos conflitos dos colonos em 1957 e os dividendos políticos por

eles obtidos após o fim dos confrontos. Através do rádio, ambos conquistaram destaque no meio político, conseguiram ascender politicamente e serem reconhecidos como os líderes do movimento até hoje.

Como referenciadora do mundo e de suas transformações, pautada principalmente pelo imediato, os registros da imprensa legam ao futuro uma maneira de recordar o presente (que será lido como passado). Pode-se dizer que imprensa é uma espécie de memória escrita que retém o excepcional de uma determinada sociedade. Ela capta, descreve, analisa e registra informações cotidianas que julga serem dignas de se tornarem informações públicas. Dessa forma, a imprensa produz conceitos, fundamentados através de discursos e reconstrói identidades, noções e imagens que nem sempre são o que se gostaria de ver mas formaram o que se escolheu mostrar.

Ao abordar o tema e apresentar a forma pela qual a imprensa sudoestina tratou os fatos ocorridos na Revolta dos Colonos de 1957, entende-se, como imprensa, a Rádio Colmeia de Pato Branco e Francisco Beltrão. As formas pelas quais essa rádio se tornou o elo entre interior e cidade, proporcionando para aqueles que se colocam como os verdadeiros líderes, uma promoção pessoal que lhes garantiria imediata ascensão política. Dificuldades sempre foram encontradas, pois se trata aqui do rádio na década de 50, do ano de 1957. Nessa época, as emissoras locais não dispunham de equipamentos para gravar suas programações, o que dificulta a análise dos mesmos, ficando somente a leitura dos trabalhos já elaborados com relação ao tema e aos discursos dos políticos que ascenderam por meio da utilização da mídia local.

2.8 O Poder da Mídia Local nos Fatos

Diferente do jornal, o rádio constrói significações que são projetadas na imaginação do receptor, entendido como o ouvinte, pois é preciso observar que se trata aqui de colonos e posseiros, analfabetos na sua grande maioria, que recebiam as informações do rádio como sendo discursos acabados. As notícias são fragmentos de histórias que envolvem fragmentos de interlocuções daquele que transmite a notícia, ações, conflitos e tensões inseridas no cotidiano local e temporal daquele momento.

Esse poder simbólico do discurso midiático pode ser entendido como uma forma de construir versões da realidade, conferindo visibilidade a sujeitos e situações. Procura-se através disso a própria legitimação daqueles que transmitem os fatos, através de seus discursos perante a sociedade. Conforme Bourdieu:

A capacidade de fazer existir em estado explícito, de publicar, de tornar público, quer dizer, objetivado, visível, e até mesmo oficial, aquilo que, por não ter acedido a existência objetiva e coletiva, permanecia em estado de experiência individual ou serial [...] representam um considerável poder social, o de constituir os grupos, constituindo o senso comum, o consenso explícito, de qualquer grupo (BOURDIEU, op.cit. p. 142).

É preciso também que se leve em conta a participação da Rádio Colmeia no conflito, já que se tratava do único meio de comunicação do Sudoeste na época. O poder do discurso de seus locutores foi preponderante na mediação do conflito e em sua transformação em notícia, haja vista ser essa a forma de transmitir os fatos que aconteciam, interligando interior e cidade. A imprensa escrita não circulava ou, quando circulava, a notícia chegava dias depois de os fatos terem ocorridos.

A imprensa escrita tinha distribuição diária somente na capital, o que fazia as notícias ficarem distantes daqueles que habitavam a região. O rádio desempenhava, então, um papel primordial na construção da história do conflito. Alguns estudos da época analisam os jornais e as formas como foram publicados os fatos ocorridos na região, que, por ora, não serão mencionados aqui, por ser de maior relevância para esta pesquisa a atenção à questão do rádio no desenrolar dos fatos.

A década de 1950 foi o auge do rádio, pois o incentivo ao seu consumo levava cada vez mais pessoas a adquiri-lo. Como o valor do aparelho era muito alto, a maioria da população não dispunha de um, fazendo que estes se utilizasse o aparelho de um vizinho, para o acompanhamento dos programas. As pessoas se reuniam num mesmo local ou residência para ouvir as programações de maior destaque. A informação ganhava mais espaço na programação, através de um rádio jornalismo mais dinâmico e envolvente. O rádio mexia com a imaginação dos ouvintes, principalmente no meio rural, que era uma forma de ligação com o mundo exterior.

O discurso rádio-jornalístico pode ser entendido como o privilegiado e mais frequente detentor do poder simbólico de construir versões da realidade, interpretando, privilegiando e conferindo visibilidade a sujeitos e situações. O rádio procurava, com isso, a própria legitimação de seu discurso perante a sociedade, através de sua função mediadora. Entretanto, como explica Pierre Bourdieu, a palavra por si só não tem poder. Sua eficácia simbólica depende de seu porta voz e da credibilidade de que ele dispõe no campo social:

O poder simbólico como poder de constituir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo e, deste modo, a ação sobre o mundo, portanto, o mundo poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica), graças ao efeito específico de mobilização, só se exerce se for reconhecido, quer dizer, ignorado como arbitrário (BOURDIEU, 1989, p. 14).

Essas reflexões permitem pensar sobre a ascensão dos interlocutores da rádio Colmeia de Pato Branco. Ivo Tomazoni, o balconista que se tornou radialista e conquistou a região, colocando-se como líder dos agricultores de Pato Branco, e Walter Pecoits, da Rádio Colmeia de Francisco Beltrão, o médico da CANGO, que organizou e liderou a Região.

A imprensa assume funções que ultrapassam os conceitos de mera transmissora de acontecimentos. Na sociedade contemporânea tem influência que vai além do direcionamento interpretativo. Sua publicidade está atrelada a acontecimentos, sendo estes os objetos de seus interlocutores. Publicidade que, de acordo com o público que se pretende atingir, é abordada de forma a garantir seu público, fazendo com que locutores se tornem verdadeiros astros. Principalmente quando se fala da década de 1950, período no qual ainda não havia a televisão e o rádio era o meio por excelência de comunicação de massa.

Segundo análise de Éverly Pegoraro, em sua dissertação de mestrado:

A abordagem dos acontecimentos mediados e criados pela imprensa por parte dos historiadores do tempo presente é diferenciada. A eles fica a responsabilidade de perseguir significações na produção em massa de acontecimentos que a mídia elabora diariamente. O acontecimento, que agora é exterior ao trabalho do historiador, torna-se um indicio, para que se possa desvendar a forma como as sociedade históricas se relacionam com o seu passado (PEGORARO, 2007, p. 69).

Fragmentos de história envolvem personagens, ações, conflitos e tensões que, contadas diariamente, inserem-se naquela dinâmica temporal. Esses fragmentos são elementos que apresentam falhas ou que dizem aquilo que o locutor quer que o ouvinte acredite ser o fato real, pois ele é o detentor da informação e a transmite de acordo com a sua forma de interpretar e de repassar ao seu interlocutor.

Segundo Bourdieu, o discurso pode ser entendido como simbólico na construção da realidade, quando privilegia e dá visibilidade a situações e sujeitos, fazendo disso a própria legitimação de seu discurso:

A capacidade de fazer existir em estado explícito, de publicar, de tornar público, quer dizer, objectivado, visível, dizível, e até mesmo oficial, aquilo que, por não ter acedido a existência objectiva e coletiva, permanecia em estado de experiência individual ou serial [...] representa um considerável poder social de constituir os grupos, constituído o senso comum o consenso explícito, de qualquer grupo (BOURDIEU, 1989, p. 142).

Ainda é necessário destacar que a palavra por si só não tem poder, ela precisa de uma porta-voz e precisa que tal porta-voz tenha credibilidade no campo social para que os ouvintes tomem seus relatos como verdadeiros. Com base nessas reflexões, busca-se compreender a participação das rádios Colmeia no Conflito de 1957, pois este, como já foi dito, era o meio mais importante de comunicação na região. A rádio-imprensa permitia que seus locutores transformassem os fatos que aconteciam em notícias, pois o jornal escrito vinha da Capital, com as notícias sempre atrasadas.

2.8.1 Ivo Thomazoni: Dos Microfones da Rádio Colmeia à Liderança do Movimento

Como comunicador da Rádio Colmeia de Pato Branco, Ivo Thomazoni, tornou-se o personagem principal na liderança dos agricultores na região de Pato Branco. Ele representava

o elo entre colonos, posseiros e lideranças do movimento pela posse da terra. O rádio fazia parte do dia a dia local, isso motivou com que muitos vissem no radialista o grande líder em quem podiam depositar confiança.

Ivo Thomazoni mediava a notícias dos conflitos em sua programação e também retransmitia as mesmas notícias para imprensa da capital, já que comunicadores provenientes da capital só viriam para a região no mês de outubro, quando fizeram a cobertura do levante que estava ocorrendo. Thomazoni tinha grande desenvoltura com o microfone, pois animava festas e bailes no município de Francisco Beltrão, o que permitiu passar no teste de radialista na Rádio Colmeia de Pato Branco. Uma vez na rádio, ele executaria várias funções que iam de radialista a sonoplasta, passando até mesmo pela de redator da rádio. Em suas memórias, ele relata:

Primeiro comecei com a locução, mas tinha que fazer a redação também. Depois me puseram com responsável pelo departamento informativo. Eu tinha que fazer os jornais falados. Como na época os jornais lá chegavam com muito atraso, nós não podíamos fazer o que se chama, na linguagem de radialista, de os “jornais gilete” é aquele que você recorta o jornal e vai fixando num papel e depois lê. E não, tínhamos gravadores de fita, aqueles grandes, profissionais, eu ouvia, gravava o Repórter Esso, da Rádio Farroupilha e da Rádio Nacional as 12 h e as 12h35 eu entrava com o noticiário. Então, eu tinha que ouvir a notícia e quase que imediatamente a divulgava. Eu não estudei estenografia, nem nada, mas aprendi ligeiro em escrever muitas vezes só eu entendia, mas pela metade... (THOMAZONI, 2006, entrevista concedida a E. Pegoraro).

Thomazoni se tornou um personagem importante no meio político regional, após ser intitulado o grande líder da Revolta de 1957 em Pato Branco. Segundo Voltoline, o povo patobranquense depositou toda sua confiança nas orientações feitas por Ivo Thomazoni, conforme afirma:

Alerta máximo! [...] velas e orações nos recônditos dos lares! [...] centenas, milhares de armas engatilhadas! [...] silêncio sepulcral, rasgado somente pela voz do Ivo Thomazoni, aconselhando, orientando, chamando, ordenando para o momento seguinte que poderia ser de fogo [...] (VOLTOLINI, 2003, p. 221).

Percebe-se com isso a construção da ideia de que a população de Pato Branco depositara grande confiança em Ivo Thomazoni, fator importante para sua trajetória política. Talvez essa construção ajude a explicar o fato de que, quando constituída a junta governativa para pensar os rumos a serem tomados em relação ao movimento, foi decidido dar total segurança ao radialista, colocando vários homens para garantir sua integridade e inclusive de sua família. Era necessário, também, proteger seu local de trabalho, pois havia rumores de que os jagunços pretendiam por fogo na rádio e na casa de Thomazoni, que ficavam no mesmo local. Rui Wachowicz em um de seus estudos sobre a região afirma que:

Foram organizados piquetes para guarnecer as principais estradas de acesso à cidade, instituições públicas, Banco do Estado, Rádio Colmeia. Os revoltosos necessitavam de armas para controlar a cidade, as casas comerciais que vendiam esses produtos prontificaram-se a empresta-las mediante recibo [...] (WACHOWICZ, 1987, p. 199).

Ivo Thomazoni preparava as notícias para apresentar aos colonos, pois elas eram trazidas do interior para a rádio por um indivíduo conhecido como Porto Alegre, que era proprietário da fábrica de aparelhos de rádio de Pato Branco e fazia vendas pelo interior da região. Conforme se dava maior enfoque aos acontecimentos do interior, maior perigo corria Thomazoni e o prédio da Rádio Colmeia. Porto Alegre, em entrevista concedida a Wachowicz relatou o seguinte:

Nos púnhamos dez, quinze, vinte elementos guarnecendo o prédio, para que o Ivo Thomazoni pudesse dar as informações. Ele temia divulgar. Eles prometiam chegar e queimar o prédio da rádio, vingar-se na própria família do locutor (...) Era gente voluntária, que vinha em grupos [...]. Nós tínhamos a certeza de que a polícia não chegaria. E se chegasse, nós estávamos prontos para revidar (Entrevista concedida a Wachowicz, 1987, p. 185).

Com o grande destaque que lhe rendera o título de líder dos colonos de Pato Branco na Revolta de 1957, Ivo Thomazoni se lançou candidato a Deputado Estadual em 1958. Ele ficou

com a primeira suplência e assumiu o cargo por alguns meses. Em 1959, renunciou ao cargo de Deputado Estadual e concorreu à Prefeitura de Pato Branco, em 3 de outubro de 1960.

Na ocasião concorreu com Alberto Pozza (PTB), com 2.847 votos, Osvaldo João Caldart (PSD), com 1.897 votos. Thomazoni se elegeu pela UDN com 2.945 votos, concluiu seu mandato. Em 1966, então filiado na ARENA, elegeu-se o segundo Deputado Estadual mais votado do Sudoeste, elegendendo-se ainda para os mandatos de 1970, 1974, 1978. Foi durante esse último mandato que chegou à presidência da Assembleia Legislativa, quando, por determinações médicas, abandonou a política e encerrou sua carreira no Tribunal de Contas do Estado.

Essa apresentação de Ivo Thomazoni tem a intenção de apontar para o saldo positivo que ele soube colher através dos microfones da Rádio Colmeia. Midiaticamente, ele se colocou e foi reconhecido como o grande líder da revolta que pretendia que os colonos e posseiros tivessem direito à propriedade.

2.8.2 Walter Pecoits, “Líder” de Francisco Beltrão: Médico da CANGO, Dono da Rádio Colmeia

Conforme o próprio Walter Pecoits, em entrevista concedida a Itamar M. Pereira, repórter do Jornal de Beltrão, afirma:

Eu tenho dito que o rádio é uma das maiores armas que existem no Brasil. Tanto que, quando vim pra cá, com a intensão de fazer vida política, instalei uma emissora de rádio, em 1954, quando me perguntaram por que botei a rádio e disse olha, eu boto rádio porque é uma arma política, e uma arma de divulgação e de formação e de informação. E rádio é melhor que jornal. Porque o Brasil, surdos e mudos são muito poucos, analfabetos são muitos. A rádio Colmeia de então era um grupo político, e por casualidade do diretório político do PTB de Francisco Beltrão, que tinha como ambição de ser governo durante muito tempo [...]. Era uma rádio política e nós usávamos a rádio politicamente [...]. (Entrevista de Walter Alberto Pecoits, A Revolta dos Colonos, Revista Gente do Sul, outubro de 1994, Francisco Beltrão).

Diante dessa afirmação, pode-se conjecturar que houve a deliberada intenção de liderar os agricultores, pois Pecoits poderia ver nessa atitude uma oportunidade de atingir a vida pública. O que foi de fato alcançado, considerando-se sua vida política.

Os diversos estudos sobre o Sudoeste sempre trazem à tona os grandes feitos de Walter Pecoits. Tais feitos que, entende-se aqui, tiveram como ponto marcante a forma por meio da qual mobilizaram a população para formar o grande movimento que foi o levante de outubro de 1957. Porém, deve-se insistir no que já foi argumentado anteriormente, que tais líderes não estavam preocupados apenas com a organização dos colonos, mas também com suas próprias ambições políticas que resultaram nos frutos colhidos após o levante.

Walter Pecoits não foi radialista, embora fosse o proprietário da rádio Colmeia de Francisco Beltrão. Sua participação já obteve grande destaque nas publicações feitas sobre o assunto. Destaca-se, então, o resultado obtido após o levante, quando ele se elegeu vereador, pelo PTB, no ano de 1956; prefeito, em 1960 e deputado estadual, em 1962. Pecoits foi cassado pela Ditadura Militar em 1964. Durante o governo de José Richa (1983-1986), exerceu a chefia da Casa Civil e foi Secretário Especial da Reforma Agrária. Outro cargo público por ele exercido foi o de Secretário Municipal de Saúde, na gestão de Guiomar Lopes (PMDB, 1983-1988). No Governo de Jaime Lerner (PDT), assumiu a chefia da 8ª Regional de Saúde de Francisco Beltrão, durante os oito anos em que Lerner governou o Paraná (1995-2003).

Em relação a sua trajetória, Walter Pecoits, em entrevista concedida a Iria Zanoni, faz a seguinte afirmação:

Veio o preparo das eleições [...] para deputado. Eu já era prefeito [de Francisco Beltrão]. Era considerado homem-voto. E o PTB queria fazer uma bancada boa. Eles fizeram uma convenção e me botaram como candidato a deputado estadual. Eu mandei um ofício para a direção do PTB dizendo que eu não aceitava minha indicação como deputado porque não tinha conseguido resolver o problema que poderia ter sido resolvido que era o da desapropriação da Gleba Missões [...] (Entrevista concedida a Iria Zanoni, 1987, p. 114).

Pode-se perceber, a partir dessa narrativa, que Walter Pecoits se colocava como o homem que conseguiu expulsar as companhias de terras, sendo o grande líder dos colonos.

Observa-se também que ele, como mencionado, afirmava ter colocado a rádio em Francisco Beltrão para “fazer política”, o que demonstra sua visão e habilidade nesse campo. Após sua morte, ocorrida em 26 de Janeiro de 2006, Walter Pecoits foi mais uma vez homenageado, tendo seu nome eternizado no Hospital Regional Dr. Walter Pecoits, em Francisco Beltrão, que atende a pacientes dos 42 municípios do Sudoeste do Paraná.

Como já foi reiterado, a maior parte dos conflitos entre colonos e companhias de terras aconteceu na fronteira, que também foi o palco da maioria dos crimes registrados durante o tempo de litígio tal constatação poderia produzir um novo olhar em relação a essa região. Mas, o grande destaque foi dado aos conflitos ocorridos em Pato Branco e Francisco Beltrão. A explicação para isso, como já mencionado anteriormente, está diretamente ligada ao uso dos microfones da Rádio Colmeia, presente em ambos os municípios e de onde seus interlocutores souberam como conduzir a “liderança” do movimento e transformá-la em ganho político.

Capítulo III - MONUMENTOS DE FRONTEIRA: 1957, FONTES PARA A HISTÓRIA

Com as comemorações advindas da passagem dos 50 anos da Revolta dos Colonos de 1957, observa-se novamente a apropriação do acontecimento por parte dos dirigentes do poder público municipal. Acontecimentos como a construção dos monumentos que aqui serão analisados: os Pioneiros, em Capanema e o monumento das Sete Cruzes, em Pranchita. Muitos outros foram construídos pela região Sudoeste, homenageando os envolvidos. A partir disso é possível perceber que a memória é lembrada e oficializada com o sentimento de pertencimento.

Os monumentos podem ser vistos como textos e como símbolos que produzem significados diferenciados. Existe uma bibliografia muito escassa sobre a memória da Revolta dos Posseiros do Sudoeste do Paraná, em especial na Fronteira Brasil Argentina, com uma especial carência de bibliografia local específica, que aborde o tema e que analise os monumentos na fronteira.

A análise dos monumentos de Capanema e Pranchita, por meio da utilização de imagens, possibilita construir uma narrativa histórica. Observando que se pretendeu, ainda, uma apropriação midiática e política dos conflitos na fronteira e que a construção de um monumento visa marcar memórias, recordações, lembranças e pertencimentos. Estudar os monumentos é abrir novos caminhos à pesquisa histórica, pois é possibilidade de exploração de novas fontes e da aproximação da história com os monumentos pensados como documentos.

Nessa perspectiva de explorar o passado, mas partindo da intenção de compreender a realidade atual e pensar como o presente se relaciona com o passado, foi realizado o levantamento dos monumentos e da memória da fronteira. Analisando o que representam em relação aos fatos históricos ligados ao levante de 1957, especialmente os que dizem respeito à conquista pela terra, pretende-se desenvolver um diálogo e construir uma reflexão teórica, tendo como base de análise os monumentos erigidos nas cidades de Capanema e Pranchita, ambas na Fronteira do Brasil com a Argentina.

Compreender os fatos a partir da memória e dos conceitos que se pode encontrar através das representações visíveis nos monumentos é o que se pretende. Para realizar tal

objetivo, serão buscadas algumas categorias necessárias para a compreensão da importância dos monumentos para uma sociedade, entre elas a memória e a representação. Pollak, partindo das concepções de Halbwachs, aborda esse tema da seguinte forma:

A priori, a memória parece ser um fenômeno individual, algo relativamente íntimo [...] mas Maurice Halbwachs, nos anos 20-30, já havia sublinhado que a memória deve ser entendida também, ou, sobretudo, como um fenômeno coletivo e social, ou seja, como um fenômeno construído coletivamente e submetido a flutuações, transformações, mudanças constantes (POLLAK, 1992, v.5, n. 10, p.2).

O monumento é um elemento de construção e apresentação da memória, pois representa a reconstrução idealizada do que aconteceu. Muitas vezes existe a necessidade de uma análise crítica que é manifestada através de um grupo, há memórias coletivas e ou individuais. Ainda a partir de Pollak:

[...] os elementos constitutivos da memória, individual ou coletiva, são, em primeiro lugar, os acontecimentos vividos pessoalmente. Em segundo lugar, são os acontecimentos que eu chamaria de “vividos por tabela”, ou seja, acontecimentos vividos pelo grupo ou pela coletividade a qual a pessoa se sente pertencer. (POLLAK, 1992, v.5, n 10, p.2)

Os fatos quase nunca são lembrados, sempre há certa filtragem de interpretações e dos esquecimentos, o que é inerente à memória humana. No entanto, as sociedades nutrem e valorizam a memória por meio de atos coletivos, como forma de pertencimento. Coletividades que muitas vezes não fizeram parte dos acontecimentos, mas que sentem como se, assim, tivessem de fato participado. Nas palavras de Pollak:

[...] acontecimentos dos quais a pessoa nem sempre participou, mas que no imaginário, tomaram tamanho relevo que no fim das contas, é quase impossível que ela consiga saber se participou ou não. (POLLAK, 1992, v. 5, n 10, p.2)

Os monumentos cumprem finalidades singulares, pois não são exigências por parte daqueles que estão sendo retratados. São, antes, a construção de um grupo político, que tem como objetivo projeção e perpetuação na política local, por meio de uma receptividade do imaginário.

O valor histórico de um monumento está no fato de que ele representa o momento particular, pois ele não existe por si só, ele é selecionado pela memória de quem narra os fatos ocorridos. Isso torna o estudo de tais monumentos relevante, pois eles passam a representar um bem patrimonial que permite observar interesses e percepções da sociedade atual.

Quando se fala em monumentos, é pertinente também falar de identidade, pois ambos os elementos estão interligados, há um pertencimento na relação com a cultura e identidade. Segundo Pollak, a construção de identidade é:

[...] um fenômeno que se produz em referência aos outros, em referência aos critérios de aceitabilidade, de admissibilidade, de credibilidade, e que se faz por meio de negociação direta com outros. Vale dizer que memória e identidade podem perfeitamente ser negociadas, e não são fenômenos que devam ser compreendidos como essências de uma pessoa ou de um grupo (POLLAK, 1992, p. 5).

A sociedade constrói a identidade ao se identificar com o meio em que vive. Dessa forma, a cultura encontra-se envolvida com essa identidade construída, ou seja, o momento vivido pela sociedade. Durante a época da revolta de 1957, construiu-se uma identidade a partir do modo pelo qual viviam na época colonos e caboclos. Porém, foi construída também outra identidade: a dos políticos que, ao se colocarem à frente do movimento, passaram a ser reconhecidos como líderes aliados que tinham como objetivo a legalização da terra.

A revolta dos Colonos de 1957 foi um acontecimento que, devido a grande proporção que tomou na época, foi transformada pelos moradores do Sudoeste do Paraná em um importante símbolo de identidade coletiva da região. Principalmente levando em conta o êxito do conflito, houve um pertencimento relativo à conquista, mesmo daqueles que não participaram ativamente do movimento.

Passemos a analisar os dois monumentos em questão.

3.1 Monumento ao Pioneiro em Capanema

Ao longo do ano de 2007, uma série de comemorações alusivas à passagem dos 50 anos do confronto entre colonos e companhias, ocorrido na região Sudoeste, ocorreram na maioria das cidades que compõe a região estes eventos foram realizados levando-se em conta a participação daqueles que ainda vivem na cidade ou mesmo dos familiares daqueles que participaram diretamente no confronto. Monumentos como o de Capanema são resultados dessas comemorações.

O município de Capanema está localizado a 567 km da Capital, Curitiba, na Fronteira com a Argentina. A região sempre foi palco de grandes conflitos que perduram até hoje, pois ali ainda existe um grande embate entre os colonos e os comerciantes de Capanema e o Ministério do Meio Ambiente e ambientalistas, devido às discussões sobre a reabertura da “Estrada do Colono”¹⁰, que constantemente se transforma em bandeira política de candidatos, sobretudo em vésperas de anos eleitorais.

Na gestão do Prefeito Milton Kaefer (PMDB) e do Vice Prefeito Clesio Novick (PT), ocorrida entre os anos de 2009 e 2012, foi construído o Monumento ao Pioneiro, localizado na Praça da Bandeira. Com o objetivo de deixar um marco visual de sua administração, os administradores ergueram o monumento em homenagem aos pioneiros do município. O certame licitatório, na modalidade Carta Convite, foi vencido pela empresa Kalu Comércio de Escultura Ltda, empresa com sede em Pato Branco.

Não houve, antes da construção do monumento, como confirmado pela Chefe do Departamento de Cultura de Capanema, Ivone Ilkiu Alves dos Santos (gestão 2009/2012), um concurso para escolher as características ou formas que este viria a ter. O monumento foi idealizado a partir da iniciativa pessoal dela e da secretária de Educação, Esporte e Cultura de Capanema, Zaida Teresinha Parabocz, que entraram em contato com a Empresa Kalu e com

¹⁰ Rodovia de 17,6 km, que é também conhecida como a “Estrada do Colono”. Trata-se um antigo caminho que foi transformado em estrada por volta de 1950. Com o crescente desmatamento do interior do Paraná, a criação de dezenas de cidades e a construção de inúmeras rodovias, ocorridas nas décadas seguintes, começou a haver pressão de grupos ambientalistas para o fechamento da Estrada, que corta ao meio o Parque Nacional do Iguaçu, uma área de preservação ambiental permanente. O Ministério Público Federal obteve o fechamento da Estrada do Colono em 1986, porém ocorreu uma reabertura ilegal em 1997, até que, em 2001, uma ação envolvendo o Exército Brasileiro, a Polícia Federal e o IBAMA deu cumprimento à ordem judicial que resultou no fechamento definitivo da Estrada.

outra empresa de Cascavel. Então, foi solicitado aos vencedores que elaborassem um desenho do que viria a ser o monumento em homenagem aos pioneiros.

Com a sugestão de que houvesse representação de pessoas em tal monumento, a empresa Kalu confeccionou uma maquete pela qual o prefeito optou, autorizando a realização do projeto e desclassificando o desenho da empresa de Cascavel infelizmente, após a desclassificação dessa última, não se teve o desprendimento de arquivar qualquer desenho ou documento da referida empresa.

A construção desse monumento foi feita com recursos da arrecadação municipal. Segundo as especificações contidas na Carta Convite de nº 36 de 11/08/2011, a empresa contratada para erigir a obra deveria ater-se aos seguintes critérios:

“Monumento aos Pioneiros”, na Praça da Bandeira em Homenagem aos pioneiros do Município de Capanema, em ferro anticorrosivo, compreendendo 02 (duas) figuras humanas (masculino 1,80m de altura; 2,00 m de profundidade; 1,20m a 0,60 de largura, feminino 1,80m de altura; 0,60m de profundidade; 0,60 m de largura), 01 (uma) figura em conjunto (cavalo e cavaleiro 2,20m de altura; 2,20m de comprimento; 0,80m de largura). (CARTA CONVITE 036, PREFEITURA DE CAPANEMA).

A seguir observa-se uma fotografia panorâmica desse monumento:

Figura 05 - Monumento ao Pioneiro em Capanema.



Fonte: Arquivo pessoal Moacir Motta da Silva.

O local da construção do monumento foi escolhido considerando-se toda a questão de movimento central da cidade, em frente ao Paço Municipal, com grande destaque no entroncamento de duas importantes avenidas, a Avenida Brasil e a Avenida Parigot de Souza, na Praça da Bandeira.

Percebe-se também que erigir um monumento é um ato precisamente administrativo. Durante a busca em arquivos dos fatos que levaram à construção desse monumento, até mesmo a lei que ampara a construção, constatou-se que, como o mando partidário no município foi trocado, foram se perdendo as possibilidades de acesso às informações.

A chefe do Departamento Municipal de Cultura, Ivone Ilkiu Alves dos Santos (gestão 2009-2012) relatou que a iniciativa do monumento se deu em virtude da necessidade de se marcar a administração do Prefeito Milton Kafer (PMDB). Segundo ela, “o monumento é algo eterno que marca para sempre a administração”¹¹.

A seguir temos um detalhe desse monumento:

Figura 06 - Detalhe do Monumento ao Pioneiro



Fonte: Arquivo pessoal Moacir Motta da Silva.

¹¹ Entrevista concedida a Moacir Motta da Silva em 20 de Setembro de 2013.

Na imagem acima é possível visualizar uma parte do Monumento dos Pioneiros de Capanema, construído sobre uma base de concreto, tendo ainda um revestimento de mármore acima e um homem sobre o cavalo. Peça confeccionada em ferro anticorrosivo, numa altura de 2,20m de altura, com 2,20m de comprimento e 0,80m de largura.

A peça representa os pioneiros que aqui chegaram com o seu meio de transporte, o cavalo. Provenientes, em sua grande maioria, do Rio Grande do Sul, eles teriam trazido, na concepção corrente, o desenvolvimento da região. Essa parte do monumento representa a grande jornada percorrida pelos migrantes que, a cavalo e ou em carroças de boi, vinham para a região tida como promissora de progresso e de muita fartura. É a imagem típica de um desbravador, por representar um porte físico avantajado, um enorme chapéu e um imponente cavalo. Nas características que enaltecem o poderio desenvolvimentista dos homens que vieram do sul para transformar a região.

Em uma placa em frente ao monumento está escrito os seguintes dizeres: “cavalo e cavaleiro – retratam a coragem do homem trabalhador para o desbravamento e a fixação dos pioneiros que aqui chegaram nos anos 50”. Observa-se o esquecimento dos caboclos que aqui residiam, pois a frase deixa claro que o homem trabalhador, o desbravador, chegou à região durante os anos 1950. Tem-se a impressão de que, até então, aqui nada existia ou, se existiam pessoas, elas estavam desprovidas de condições de progresso, que chegou apenas com o migrante vindo do sul.

Esse esquecimento relativo ao caboclo acontece em toda a região. Alguns escritores, como Ruy Wachowcz e Iria Zanoni descreveram a região como sendo um imenso vazio demográfico, tida como terra de ninguém, ou habitada por ninguém.

A seguir tem-se mais um detalhe do mesmo monumento:

Figura 07 - Detalhe do Monumento ao Pioneiro.



Fonte: Arquivo pessoal Moacir Motta da Silva.

A imagem acima retrata uma mulher com uma bolsa ao lado, segurando na mão algumas sementes. Construída sobre uma base de concreto, revestida de mármore, a peça foi confeccionada em ferro anticorrosivo, numa altura de 1,80m, com 0,60m de profundidade e 0,60m de largura.

Chama a atenção inicialmente o fato de haver uma mulher no monumento, pois pode-se pensar que, na sociedade representada, o progresso era tido como algo exclusivo dos homens, uma vez que eles eram os únicos capazes de fazer os negócios da família e de tomar

as decisões. Às mulheres caberia a vida doméstica e o cuidado dos filhos, nunca o protagonismo público.

O que pode ajudar a entender a presença dessa figura feminina no monumento é o fato de que, contemporaneamente, as mulheres conquistaram proeminência social e política e não podem mais permanecer ignoradas. Ao se analisar a sociedade atual, observa-se que a mulher conseguiu grande destaque, ocupando cargos importantes em todos os segmentos da sociedade, inclusive a presidência da República. Além disso, a iniciativa da elaboração do projeto que se concretizou no monumento deve-se a duas mulheres: a secretária de Educação, Esporte e Cultura, Zaida Teresinha Parabocz, e a chefe do Departamento de Cultura, Ivone Ilkiu Alves dos Santos.

Essa parte do monumento possui, em uma placa frontal, a seguinte inscrição: “Mulher – representa a sementeira da sabedoria, dos conhecimentos, dos valores e princípios das mulheres capanemenses pela atitude de labor, que realmente contribuíram para a formação do cidadão do município de Capanema”. Ao analisar essa frase, que apresenta a mulher como a semeadora do conhecimento, de valores e princípios que contribuíram para a formação do cidadão capanemense, é possível pensar que ela se dirige muito mais às mulheres do presente do que as do passado.

Como o monumento tem a preocupação de eternizar visualmente uma administração, destacar o trabalho da mulher pode ensejar que elas olhem para ele e consigam se enxergar como parte integrante de uma sociedade que almeja o progresso e que não pode mais negar a importância de sua participação social e política, especialmente como eleitoras. Ironicamente, nas eleições de 2012, o Prefeito Milton Kafer (PMDB) não elegeu seu sucessor, que perdeu as eleições para uma mulher: Lindamir Maria de Lara Denardin (PSDB), confirmando-se assim o peso político e a participação das mulheres em todos os níveis da sociedade.

A seguir observa-se mais um detalhe desse monumento:

Figura 08 - Detalhe do Monumento ao Pioneiro.



Fonte: Arquivo pessoal Moacir Motta da Silva.

Na imagem acima é possível ver uma parte do monumento que representa um homem mexendo um tacho de melado. Construída sobre uma base de concreto, confeccionada em ferro anticorrosivo numa altura de 1,80m, com 2,00m de profundidade e com 1,20m a 0,60m de largura. O monumento relaciona o passado com o presente, pois a imagem do homem fazendo melado se justifica pelo fato de Capanema realizar bianalmente a festa do melado. Por ser uma região de micro e pequenas propriedades, os colonos agregam valores aos seus produtos produzindo melado e açúcar mascavo e demais derivados da cana de açúcar.

Observa-se, assim, que a realidade da economia regional, nesse aspecto, teve um peso maior do que o dos acontecimentos relativos ao desenvolvimento do município. Ao contrário, o monumento apresenta uma abordagem dos acontecimentos passados que transmite algo ocorrido dentro do qual as pessoas se sentem inseridas nos fatos, ou sentem como se pertencessem aos acontecimentos. O monumento não foi algo pensado coletivamente, mas teve o intuito de rememorar fatos ocorridos como forma de pertencimento e aprovação política do fato. Pois construir o monumento é enaltecer uma camada da sociedade,

conferindo-lhe uma visibilidade e afirmando que foi através das conquistas do passado que foi possível alcançar o progresso atual.

Rememorar a história de sucesso que foi a Revolta dos Posseiros é retomar algo que já foi tratado em diferentes versões, de acordo com os interesses sócios políticos de cada grupo envolvido no conflito. Os fatos contribuíram para consolidar grupos políticos da cidade de forma bem distinta, os interesses de cada grupo, conforme lhes convinha, mas com características bem peculiares. A construção de um monumento ou mesmo a celebração dos fatos conferiu uma impressão de pertencimento, no presente, a esse passado construído.

Na imagem observa-se o detalhe da inscrição logo abaixo da imagem comentada:

Figura 09 - Detalhe do Monumento ao Pioneiro.



Fonte: Arquivo pessoal Moacir Motta da Silva

Na placa fixada no monumento consta o nome do Prefeito Municipal Milton Kafer e de seu vice, Clesio Nowicki. Não foi possível localizar nenhuma lei que regulam esse a execução do monumento, que foi realizada pela empresa Kalu Fabricação de escultura Monumentos Ltda, da cidade de Pato Branco, sendo que ainda consta na placa a seguinte inscrição: “Os valores trazidos por seus pioneiros são os alicerces do povo Capanemense: fé, força, trabalho, esperança. Aos heróis anônimos se deve a Capanema atual!”.

Ao se analisar a frase é possível perceber o enaltecimento do pioneiro¹², visto como o único responsável pelo desenvolvimento do município. O pioneiro é colocado como sendo o alicerce, a sustentação do progresso, pois se alia a ele “fé, força, trabalho, esperança”. Observa-se, através dessas palavras, a construção de uma imagem mítica do pioneiro que deteria o poder de fazer, por meio de seu trabalho, com que se o progresso se instalasse na região.

A construção do monumento não se deu pelo fato das lutas travadas em defesa da região feita pelos caboclos e pelo grande grupo de migrantes da região, mas pelo fato da ascensão econômica de uma parcela destes migrantes, em geral de origem rio-grandenses, no município, distinguindo-se os que alcançaram grande acúmulo de capital, bem como a dominação sobre os demais. É possível refletir sobre a demonstração simbólica dessa dominação a partir das proposições de Pierre Bourdieu, para quem:

[...] as frações dominantes, cujo poder se assenta no capital econômico, têm em vista impor a legitimidade da sua dominação quer por meio da própria produção simbólica, quer por meio dos ideólogos conservadores os quais só verdadeiramente servem aos interesses dos dominantes por acréscimo, ameaçando sempre desviar em seu proveito o poder de definição do mundo social que detém por delegação; a fração dominada tende sempre a colocar o capital específico a ela deve a sua posição no topo da hierarquia dos princípios da hierarquização (BORDIEU, 1989, p. 12).

A palavra pioneiro, poderia estar se reportando àqueles que aqui já habitavam caso as imagens retratadas não representassem migrantes sulistas, rio-grandenses na sua grande maioria. Pessoas que chegaram ao município ao longo das décadas de 1940 e 1950. Diante de tais fatos é possível observar que não se teve a preocupação de retratar todos os pioneiros da região, mas os migrantes oriundos do Rio Grande do Sul. No discurso do Prefeito Milton Kafer pode-se observar essa questão:

¹² Pioneiro é considerado um empreendedor, pois se antecipa a outros indivíduos na criação de ideias inovadoras. Pioneiros e empreendedores ajudam a construir novos horizontes. O pioneiro aqui é tratado como sendo os que vieram do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, e transformaram a região trazendo o progresso para essas terras.

[...] valorizando os pioneiros do município, Administração Municipal inaugurou na presença de inúmeras autoridades e da população, o monumento retrata um pouco da história e da força de um povo que desbravou este pedaço de chão, enfrentando as dificuldades da época com vistas a um futuro promissor, o qual testemunhamos na atualidade, dando sequência ao trabalho que a muito foi iniciado. É com espírito de gratidão e reconhecimento ao trabalho dos pioneiros que comemoramos... certos que esta linda história de trabalho dedicação e desenvolvimentos continua sendo escrita, por todos os capanemense (Jornal Trombeta Regional, novembro 2011, p. 15).

Os monumentos servem de auxílio e aguçam a memória, pois são criações que têm o poder de despertar nas pessoas a lembrança de algo vivido ou fazê-las acreditar que o que foi representado de fato ocorreu. Os monumentos servem de ligação entre o presente e o passado, mesmo que esse seja apenas imaginado, fazendo com que os homens do presente sintam-se participante dos fatos.

É preciso considerar que o monumento remonta àquilo que o seu idealizador deseja que seja lido. Ou seja, a leitura do monumento passa a ser aquilo que está exposto, a fim que o leitor observe o quão importante aquele fato foi para o progresso, que sem aquilo que se encontra ali representado, o progresso não existiria.

Ao se analisar a placa fixada ao monumento, observa-se a defesa veemente do quanto os pioneiros foram importantes para o progresso, considerados “os alicerces do povo capanemense”. Nessa forma de memória, os pioneiros são imediatamente aceitos como os grandes desbravadores. Já no que diz respeito ao enaltecimento “aos heróis anônimos se deve a Capanema atual”, pode-se questionar a quem estão se dirigindo, quem são esses “heróis”. Fica claro, aqui, que tais “heróis” são os sulistas, pois são eles que recebem o título de verdadeiros donos do progresso.

Não se pode esquecer de mencionar os caboclos esquecidos nos discursos e ausentes nos monumentos. Tais caboclos residiam na região e fizeram parte dos movimentos que ajudaram a vencer as companhias. Porém, eles não são tidos como pessoas que desenvolveram a região, não foram homenageadas com monumentos, pois não se considera que eles tiveram efetiva participação no desenvolvimento local.

Para erigir um monumento é levada em conta uma parte da história, que cada geração relê e refaz de acordo com as próprias referências socioculturais. Nesse sentido, o monumento

passa a ser um artefato cultural inventado, passando a representar o processo de construção histórica dos fatos e ou representações.

O legado do pioneirismo está explícito no sulista, pois ele é tido como o “herói”, modelo de fé, coragem e esperança. Essa é a visão etnocêntrica que, de forma preconceituosa, coloca a população local na condição de *outsider*, ignorando a diversidade cultural e religiosa que se tinha na região. Segundo Bordieu, se encontra aí, explícita, a violência simbólica:

É enquanto instrumento estruturados estruturantes de comunicação e de conhecimentos que os sistemas simbólicos cumprem a sua função política de instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação, que contribui para assegurar a dominação de uma classe sobre a outra (violência simbólica), dando o reforço de sua própria força as relações de forças que as fundamentam assim [...] para a domesticação dos dominados” (BORDIEU, 1989, p. 11).

O poder político e econômico é suficientemente capaz para trazer ao público e instigar o imaginário social com o grande labor progressista e o mito do pioneirismo, desbravador lutador e implantador da sociedade e de oportunidades criadas com a chegada dos grandes desbravadores das terras da fronteira. Os ocupantes do poder político e econômico regional conseguiram suficiente força social para impor seu imaginário social em torno do labor e do progresso. Por meio desse mito pioneirista, no qual todos os indivíduos diferentes se sentem iguais, os detentores do poder conseguiram a “possibilidade de entrar nas lutas pelo monopólio do poder” (BORDIEU, 1989, p. 29).

Conclui-se aqui a análise do Monumento ao Pioneiro em Capanema, afirmando que a pretensão maior da construção do monumento foi o ganho político. Entre os líderes políticos que estiveram no ato inaugural do monumento, pode-se destacar o Presidente da FIEP, Edson Campanholo, Deputado Estadual Caito Quintana (PMDB), Deputado Nelson Luersen (PDT), Deputada Estadual Luciana Rafagnin (PT), Carlos Carboni, representou a Ministra Chefe da Casa Civil, Gleisi Hoffmann. Diante da lista de autoridades políticas fica explícita a dimensão política dado ao momento inaugural.

3.2 Monumento das 7 Cruzes, Km 17 – Pranchita

As comemorações no Sudoeste do Paraná, no ano de 1957, se sucederam em todos os municípios, motivados pela 16.º Regional de Cultura. Nesse local, foram promovidos vários atos para rememorar os acontecimentos da Revolta dos Posseiros de 1957, sendo que em Pranchita, foi erigido o Monumento das Sete Cruzes.

Pranchita, desde sua colonização, era tido como uma localidade de grande desenvolvimento, pois sua estrada era passagem obrigatória na ligação do Sul do país com o Oeste do Paraná e o Mato Grosso. A existência de Pranchita propiciava a ligação que levava à antiga Estrada do Colono. Depois de ser elevada a distrito de Santo Antônio do Sudoeste, em 1964, em 11 de Maio de 1982, pela Lei 7.574/82, emancipou-se e se transformou em um município com área de 226 km², distante 568 km da capital, Curitiba.

A construção do monumento se deu em virtude das comemorações do cinquentenário da Revolta dos Colonos de 1957. Analisar este monumento significa revelar o teor histórico e cultural, além de expor o que ele representa e representou para momento no qual os fatos ocorreram.

Erigir esse monumento não significa trazer à tona o sofrimento dos familiares e cultuar a tragédia ocorrida no período dos acontecimentos, mas sim, rememorar fatos que tiveram grande repercussão nacional, demonstrando que isso significou o marco histórico dos acontecimentos, chamando a atenção das autoridades no âmbito nacional, apresenta-se a região como o palco de conflitos entre companhias e colonos.

Ainda segundo Chartier, nem sempre é possível pintar um monumento tal como ele é, sendo necessário representá-lo de tal forma que o observador, se volte para os fatos ocorridos.

[...] a representação faz ver a uma ausência, o que supõe uma distinção clara entre o que representa e o que é representado; de outro, é a apresentação de uma presença, a apresentação pública de uma coisa ou de uma pessoa [...] a representação é o instrumento de um conhecimento imediato que faz ver um objeto ausente substituindo-lhe uma “imagem” capaz de repô-lo em memória e de pintá-lo tal como é (CHARTIER, 1989, p. 11).

Localizado às margens da BR 163, segundo levantamentos feitos pelos familiares daqueles que participaram ou acompanharam os acontecimentos, o monumento não foi erigido no local onde realmente ocorreram os fatos. A trincheira ficava a 600 metros de onde foi construído. A administração teve a preocupação de erguer o monumento num local com um maior fluxo de pessoas.

Edificar um monumento significa resgatar a memória da população local. Por isso existe a preocupação de escolher locais estratégicos, com grande fluxo de pessoas, como forma de ser visto e observado. Isso o monumento traduzir o poder daqueles que o idealizaram.

A inauguração foi cuidadosamente preparada, pois, no ato cerimonial, esteve presente a Secretária de Estado da Cultura, senhora Vera Mussi Haji Augusto, juntamente com demais autoridades locais e regionais.

Figura 10 - Secretária de Estado da Cultura Vera Mussi Haji Augusto.



Fonte: Arquivo Departamento Cultura de Pranchita.

Foi a primeira vez que uma secretária de Estado da Cultura esteve na região. O evento contou com a participação de várias autoridades locais e regionais, o que fez do evento atingir grande repercussão regional.

Ao inaugurar um monumento e trazer pessoas de grande peso político, como é o caso de ter a presença da Secretária de Estado da Cultura, confere maior visibilidade para o ato, de inauguração, os habitantes percebam o tamanho do prestígio de quem está à frente do município. É preciso considerar, ainda, que o momento vivido era de vésperas de um ano eleitoral (eleições municipais de 2008) e que, portanto, trazer autoridades estaduais se converteria em ganho político.

Em seu discurso, a Secretária Vera Mussi Haji Augusto destacou a importância dos habitantes conhecerem a história do Paraná, para sentirem orgulho de viver no Estado:

[...] nossa história precisa ser conhecida, precisa ser valorizada, precisa ser muito bem divulgada, pra que nos tenhamos orgulho de nossa auto estima como paranaense, porque nos temos no Parana uma belissima historia pra contar, ...nos temos que ter muito orgulho deste estado porque é um estado que sabe ser sujeito da historia, não apenas objeto [...] (JORNAL DE BELTRÃO. 12 de maio de 2007, p. 11).

Relativamente ao discurso da Secretária Estadual de Cultura, não é possível fazer uma análise do que ela realmente pensava sobre o momento que estava sendo lembrado. Naturalmente ela enalteceu o orgulho de ser paranaense, o orgulho pelas conquistas do povo que viveu o momento do conflito e o orgulho pelo momento de inauguração do monumento, já que ocupa um cargo de Secretária de Estado e isso enaltece o governo do momento.

Figura 11 - Monumento Sete Cruzes km 17 - Pranchita, em comemoração aos 50 anos da Revolta dos Possesiros 1957/2007.



Fonte: Arquivo pessoal Moacir Motta da Silva.

O monumento, alusivo ao evento retratado no segundo capítulo desse trabalho¹³, foi construído em pedra e concreto, com 1,80cm de altura, 06 metros de comprimento. Sustenta 07 cruzes em concreto, com dimensões de 10 centímetros de grossura, sendo as cruzes de 50 centímetros de largura e 60 centímetros de comprimento.

A administração da Prefeita Iva Magnani (PMDB) e seu Vice Prefeito, senhor Elias Francisco Corso (PMDB), (2005/2008) não demonstrou a preocupação de efetuar uma licitação para a compra dos materiais utilizados para a construção do monumento.

Em entrevista realizada com a Prefeita Iva Magnani durante esta pesquisa, a administradora relatou que havia uma preocupação em realizar algo para a comemoração do cinquentenário da revolta de 1957. Porém, não se tinha em mente o que poderia ser construído. Então, em reunião com o Secretário de Administração, o senhor Inacio Bonato, decidiram pela construção de um monumento para relembrar os acontecimentos da emboscada no KM 17.

Sem promover um concurso ou mesmo se reunir com o Departamento de Educação e Cultura municipal, o Senhor Inacio Bonato, que era o chefe do Departamento de

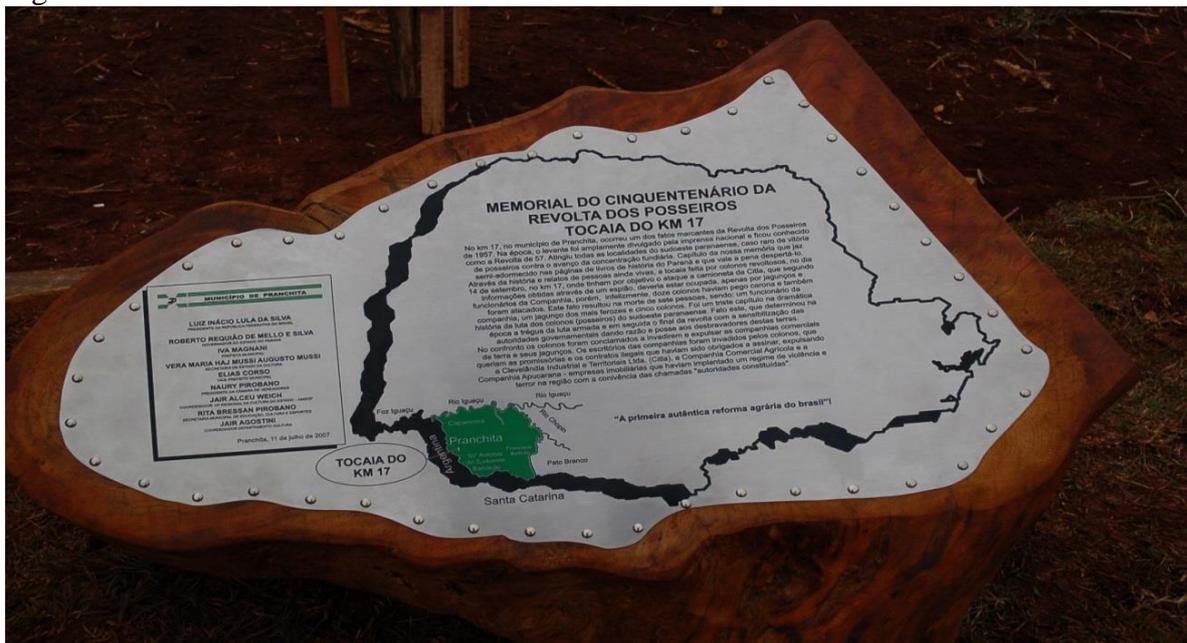
¹³ Ver menção aos acontecimentos e fotografia na página 55.

Administração, rascunhou em uma folha o que seria o projeto. Tal rascunho foi encaminhado ao Senhor Raimundo Welter, chefe de obras municipal para que ele o executasse. Tal rascunho resultaria no monumento das Sete Cruzes.

Os valores, como já mencionado, não foram licitados sendo que, conforme relato do Secretário de Administração, senhor Inacio Bonato, foram gastos em torno de R\$ 10.000,00 (dez mil reais). O monumento das sete Cruzes é composto ainda de uma pedra em mármore branco de 1,60 metros quadrados, onde está escrito: “REVOLTA DOS POSSEIROS TOCAIA DO KM 17” *O que determinou o final do fronte*, 14 de Setembro de 1957”.

Esta frase: “o que determinou o final do fronte”, expressa o que seria o final dos acontecimentos. Não se pode negar que foi um dos fatos que mais chamou a atenção em âmbito nacional, pois a chacina de sete pessoas é um acontecimento de grande repercussão. Porém, isoladamente, não é possível afirmar que foi o fator determinante dos fatos.

Figura 12 - Detalhe do Monumento das Sete Cruzes



Fonte: Arquivo pessoal Moacir Motta da Silva

No projeto elaborado pelo então Secretário de Administração, o senhor Inacio Bonato havia também um tronco de peroba, que, segundo ele, representaria as árvores de peroba caídas que serviram de tocaia para os colonos na época. Sobre o tronco de peroba há uma placa de inox com o mapa do Paraná, onde aparece a localização da fronteira Sudoeste do Paraná e a localização do município de Pranchita. Tal placa traz ainda os nomes de políticos

como Luiz Inácio Lula da Silva (PT), Presidente da República Federativa do Brasil, Roberto Requião de Mello e Silva (PMDB), Governador do Estado do Paraná, Iva Magnani (PMDB), Prefeita Municipal, Vera Mussi Haji Augusto, Secretária de Estado da cultura, Elias Corso (PMDB), Vice Prefeito Municipal, Naurý Pirobano (PMDB), Presidente da Câmara de Vereadores, Jair Alceu Wich, Coordenador 16.º Regional de Cultura do Estado, Rita Bressan Pirobano, Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esportes, Jair Agostini, Coordenador do Departamento Cultura. A placa traz ainda a seguinte inscrição:

No Km 17, no município de Pranchita, ocorreu um dos fatos marcantes da Revolta dos Posseiros de 1957. Na Época, o levante foi amplamente divulgado pela imprensa nacional e ficou conhecido como Revolta de 57. Atingiu as localidades do Sudoeste paranaense, caso raro de vitória dos posseiros contra o avanço da concentração fundiária. Capítulo da nossa memória que jaz semi-adormecido nas páginas dos livros de história do Paraná e que vale a pena despertá-lo. Através da história de relatos de pessoas ainda vivas, a tocaia feita por colonos revoltados no dia 14 de setembro, no km 17, onde tinham por objetivo o ataque a camioneta da CITLA, que segundo informações obtidas através de um espião, deveria estar ocupada apenas por jagunços e funcionários da Companhia, porém infelizmente, doze colonos haviam pego carona e também foram atacados. Este fato resultou na morte de sete pessoas, sendo: um funcionário da companhia, um jagunço dos mais ferozes e cinco colonos. Foi um triste capítulo na dramática história da luta dos colonos (posseiros) do Sudoeste paranaense. Fato este, que determinou na época a trégua da luta armada e em seguida o final da revolta com a sensibilização das autoridades governamentais dando razão e posse aos desbravadores destas terras. No confronto os colonos foram conclamados a invadirem e expulsar as companhias comerciais de terra e jagunços. Os escritórios das companhias foram invadidos pelos colonos, que queriam as promissórias e os contratos ilegais que haviam sido obrigados a assinar, expulsando a Clevelândia Industrial e Territorial Ltda (CITLA), a Companhia Comercial Agrícola e a Companhia Apucarana – empresas imobiliárias que haviam implantado um regime de violência e terror na região com a convivência das chamadas autoridades constituídas. A primeira autêntica reforma agrária do Brasil.

Com o texto transcrito acima é possível perceber a intenção da Prefeita Iva Magnani em resgatar e rememorar os fatos acontecidos. Quando se lê “Capítulo da nossa memória que jaz semi-adormecido nas páginas dos livros de história do Paraná e que vale a pena despertá-lo”, tem-se a impressão de que os fatos estão esquecidos e que precisam acordá-los para que as pessoas não se esqueçam dos líderes que lutaram pelo seu pedaço de chão.

Esse acordar da memória não é reivindicação daqueles que foram esquecidos e que estão sendo retratados, mas a construção de um grupo político que tem como pretensão a projeção política local e regional. Todos os pesquisadores que estudaram a Revolta de 1957 descreveram os acontecimentos do Km 17, a emboscada feita pelos colonos onde, mais uma vez ludibriados pelas companhias, acabou vitimando seus próprios companheiros.

Como já citado em capítulos anteriores, nos quais foram reportados os fatos ocorridos, podem ser encontrados os motivos que levaram à morte dessas sete pessoas. Aqui é buscada a construção de uma narrativa histórica, tendo como objetivo principal a análise e interpretação do significado dos monumentos que nos remetem à questão da terra e de sua relação direta com a história local e regional. Sua finalidade implícita é criar uma memória, lembranças, e também marcar os fatos que ficaram imortalizados diante dos acontecimentos.

O monumento das cruzes remete ao fato ocorrido no momento, o que permite analisar e concluir a dimensão dos conflitos na fronteira, onde parecia haver um distanciamento entre a lei e o poder estabelecido. Demonstrando o quanto eles eram ludibriados por aqueles que se diziam donos da terra.

3.3 O Discurso Político: A Imagem do “Herói” na Comemoração do Cinquentenário da Revolta Dos Colonos de 1957

As comemorações se estenderam durante todo o ano de 2007. Tinha-se a impressão de que o movimento ainda estava acontecendo devido a grande repercussão que a mídia e o meio político conferiram aos fatos. O Deputado Federal Nelson Meurer (PP), em sua homenagem, relata: “Nosso reconhecimento aos bravos posseiros de 57 que, além de conquistar propriedades, desbravaram e deram o impulso para o desenvolvimento da região... (JORNAL DE BELTRÃO, 2007, p. 18).

Já o Prefeito de Planalto, Cezar Inacio Zimmer (PMDB) afirma que as comemorações da Revolta de 57 “[...] é um resgate, é um mergulho histórico, um resgate dos nomes e das famílias responsáveis pelo sucesso da ocupação justa e equilibrada deste amado pedaço do Brasil... portanto nosso abraço, nossa homenagem e eterna gratidão a todos os participantes” (JORNAL DE BELTRÃO, 10/10/ 2007, p. 18).

Com a análise desses dois políticos, percebe-se a intenção de enaltecer ao máximo os participantes do conflito, com o objetivo de atrair a atenção, reelaborar o passado e fazer dos fatos o coletivo presente na representação política do momento.

O conflito de 1957 foi uma grande reforma agrária acontecida na região. O prefeito de Ampere, Roberto Dettoni (PMDB), destaca, em sua homenagem, a grande capacidade de homens e mulheres que lutaram para defender seu território: “[...] a resistência demonstrada em 1957 é a prova da capacidade de homens e mulheres em lutar para defender o território e os ideais de liberdade que ainda ardem em todos os corações de nossa gente.” (JORNAL DE BELTRÃO, 10/10/2007, p. 27). Enaltecer os participantes ou filhos daqueles que participaram e demonstrar a preocupação política de se inserir nos fatos.

Autoridades políticas nunca se esquecem de citar os grandes “heróis” que o passado legou, não importa qual seja o partido. Em sua grande maioria, os políticos fazem uso do passado para rememorar e ou recriar uma identidade de lutas, sempre fazendo apologias para que todos se lembrem de nossos antepassados, que desbravaram e sofreram para fazer o progresso atual.

Esse imaginário coletivo foi materializado através da imprensa escrita regional e das comemorações proporcionadas pela 16ª Regional de Cultura e pelos municípios do Sudoeste do Paraná. Nesses locais foram programadas inaugurações de vários monumentos em quase todos os municípios da fronteira, assim como atos culturais enaltecendo os partícipes do levante e ou seus parentes.

Analisando o encarte especial editado pelo Jornal de Beltrão, que traz o seguinte título: “O Tempo da Revolta: Lembrança de quem viveu”, na data de 10 de outubro de 2007, é possível observar que foi minuciosamente elaborada com entrevistas atuais e antigas sobre o Levante dos Posseiros. E, a cada certo número de entrevistas, aparece uma foto e ou uma mensagem de algum político diretamente ou de um município, homenageando os “heróis” do passado. Esse pertencimento político ou essa sensibilização aos fatos foram todos eles pagos ao jornal para que fosse colocado em destaque.

Figura 13 - Foto dos colonos no momento do Levante em Francisco Beltrão.



Fonte: Jornal de Beltrão. O tempo da Revolta; Lembrança de quem viveu 2007, p. 18.

Na homenagem do município de Planalto, conforme se encontra na página 18 do suplemento especial do Jornal de Beltrão, tem-se a nítida interpretação de que o município quis passar ao leitor a o heroísmo dos fatos, pois traz “[...] eterna gratidão a todos os participantes, líderes e mártires deste episódio enriquecedor da história do Brasil”. As palavras “líderes” e “mártires” faz alusão ao quanto se lutou, a quanto os atuais administradores se sentem gratos aos “heróis” desbravadores que livraram a região do mal.

Figura 14: Foto dos colonos no momento do Levante em Francisco Beltrão.



Fonte: Jornal de Beltrão. O tempo da Revolta; Lembrança de quem viveu 2007 p. 27.

Já o município de Santa Isabel do Oeste, na homenagem na figura da página 27 do suplemento especial do Jornal de Beltrão, coloca a imenso direito do povo que, quando não é assistido pelo governo, deve tomar posse do que é seu.

O prefeito de Barracão, Antenor Dal Vesco (PSDB), na sua homenagem destaca que “O Sudoeste foi desbravado por verdadeiros heróis, nas décadas de 1940 e 1950 e também defendido em 1957 por nobres guerreiros e guerreiras que, movidos pelo amor e pela esperança escolheram a grandeza como destino correto desta região” (JORNAL DE BELTRÃO, 10/10/2007, p. 35).

Como é possível afirmar que existia tamanho amor pela região se os sulistas que aqui chegaram foram motivados pela escassez de terras no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina. Esse amor faz com que se observe o tamanho do sentimentalismo que o prefeito tentou

transmitir aos fatos acontecidos, com sentimento de pertencimento e ou sensibilização aos acontecimentos.

O uso dos fatos acontece com frequência no meio político brasileiro. Os debates aqui mencionados tiveram o objetivo de apresentar uma visão local dos fatos ocorridos em 1957. Ao observar a dinâmica do esquecimento e da lembrança que podem revelar novos conflitos e estratégias políticas de pertencimento, pois heroicizar e ou enaltecer os participantes e parecer sensível aos acontecimentos, levando à compreensão da memória e fazendo uso políticos aos fatos.

O poder político teve um papel de grande relevância, trabalhando com imagens ou monumentos como forma de simbolizar o discurso, reforçando sempre a ideia de progresso contra o atraso da região até a chegada dos migrantes vindos do Rio Grande e Santa Catarina. Nesse furor progressista, descreviam os atos heroicos desses bravos lutadores, que conquistaram seu espaço e desenvolveram a região. Com esse discurso memorialista, os políticos difundem as bandeiras que os mantém nos cargos eletivos a cada quatro anos.

Os políticos regionais ou líderes municipais no Sudoeste do Paraná, em especial na fronteira, objeto desta pesquisa, encarregam-se de rememorar e dar uma nova visão aos fatos ocorridos no passado. Priorizando os acontecimentos e se concentrando nos interesses políticos, eles resgatam os fatos ocorridos, forjando uma memória coletiva, inserindo-se nos acontecimentos. Fazem isso se utilizando dos meios de comunicação de grande circulação regional, com destaque para o Jornal de Beltrão, que circula diariamente nos 42 municípios do Sudoeste.

Os monumentos analisados (Aos Pioneiros do município de Capanema e o Monumento das Sete Cruzes em Pranchita), deixam claro o sentimento de pertencimento dado aos fatos, ou até mesmo o uso político requerido pela construção desses monumentos. Partindo do princípio de que se estava homenageando os pioneiros, no caso de Capanema, onde estavam eles, uma vez que no palanque oficial só se viam políticos locais e regionais. Rememorou-se somente os fatos e foi dada a conotação de que teriam sido eles os verdadeiros responsáveis pelo progresso local. No entanto ficou somente na lembrança a estes e se enalteceu aqueles que fazem o “progresso” atual, os políticos locais e regionais.

Da mesma forma, na análise do monumento das Sete Cruzes de Pranchita, é louvável rememorar o fatídico acontecimento que ceifou a vida de sete pessoas, dentre as quais cinco colonos que estavam lutando pelo seu pedaço de chão. Aqui se faz a mesma indagação do

parágrafo anterior, onde estão os filhos destes ou os companheiros que participaram, ou, até mesmo, que conviveram com os acontecimentos. Eles são somente citados em discurso memoráveis de compadecimentos aos “heróis” desbravadores que lutaram pelo progresso local, mesmo que ao custo da vida fizeram a região se desenvolver.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pesquisar a Revolta dos Posseiros de 1957 é mergulhar em fatos históricos ainda obscuros, que carecem de atenção para serem desvendados e merecem todo o destaque da História. No Brasil, os fatos que cercam os conflitos camponeses ficaram relegados a um segundo plano. Esse conflito acontecido no Sudoeste do Paraná logrou êxito e atingiu o objetivo estabelecido, derrotar o poder econômico e político instalado na região.

Muitos estudos foram feitos por pesquisadores que se debruçaram sobre os fatos ocorridos no Sudoeste do Paraná. Todos eles foram tendenciosamente revertidos para os centros de Pato Branco e Francisco Beltrão, como sendo o grande cenário da conclusão dos conflitos ocorridos. Em relação a essa história de sucesso, percebe-se que a Revolta dos Posseiros foi analisada de diversas formas e versões, de acordo com interesses sócio-político, como é o caso, inclusive, de liderança no movimento atribuído ao Radialista Ivo Thomazoni e ao médico Walter Pecoits. Recebendo grande destaque regional, eles são apresentados como os líderes que salvaram os colonos do poder das companhias de terras e do governo Lupion. Estes tiveram grande ascensão política colhidas pelo destaque dado no final do conflito.

Na faixa de Fronteira Brasil/Argentina, no Sudoeste do Paraná, concentraram os maiores confrontos entre colonos e companhias, tendo o maior número de vítimas fatais registradas. Na região de Capanema e Santo Antônio do Sudoeste, os posseiros e colonos enfrentaram realmente os jagunços da Companhia de Terras da Apucarana, conforme apurado, pois foi organizado um grupo de colonos sob a liderança de Pedro Santin em Capanema e de Augusto Pereira em Santo Antônio do Sudoeste. Ambos os líderes, conduzindo um contingente expressivo de colonos, entraram em confronto com o poderio bélico da companhia.

Não amedrontados com os acontecimentos, montaram um grande contingente, expulsando os jagunços de Capanema, incendiando o escritório da Companhia Apucarana no Lageado Grande, interditaram o campo de aviação de Pranchita e aquartelaram os malfeitores em Santo Antônio do Sudoeste. Tais fatos deixam claro que o centro de conflitos real foi a fronteira. Foi ali que os posseiros e colonos alcançaram de fato a vitória que os levou a se tornarem proprietários definitivos das terras. Mesmo que a titulação só viesse a ocorrer em 1962, com a instalação da GETSOP. Já então eles podiam se sentir proprietários.

É inegável também que houve conflitos em outras regiões, mas aqui se conclui que Pato Branco e Francisco Beltrão foram, somente, palcos de encontro dos colonos das demais regiões com o objetivo de se pôr um ponto final nas atrocidades ocorridas no Sudoeste do Paraná. Foi na fronteira que se deu o movimento literalmente organizado que demonstrou a força que os colonos foram capazes de conseguir quando se uniram em torno do mesmo ideal.

A revolta dos posseiros projetou líderes que souberam utilizar a liderança propiciada pelos microfones da Rádio Colmeia de Pato Branco e Francisco Beltrão, que então passou a serem utilizados para a formação de agremiações partidária, lançando, de imediato, candidatos a cargos eleitorais. O projeto logrou êxito relativamente a Ivo Tomazoni e Walter Pecoits, deputados e prefeitos. O impasse existente na questão da posse na região Sudoeste do Paraná possibilitou ampla representação política aos que demonstraram apoio à causa dos posseiros.

Numa visão contemporânea, observam-se ainda os artifícios políticos utilizados com o conflito de 1957. Governantes ainda fazem ganho político dos fatos ocorridos há mais de cinquenta anos. Utilizam-se de monumentos para se inserirem nos fatos e despertar uma memória coletiva, fazendo com que se reportem aos fatos, não aos crimes e torturas ocorridos durante a revolta de 1957. Apenas a grande conclusão dos fatos nos quais os colonos e os posseiros obtém êxito em suas reivindicações, tornando-se proprietários daquilo que o presidente lhes assegurava, quando então foi criada a CANGO, para alocar os colonos oriundos de outras regiões no Sudoeste do Paraná.

Destacar através de monumentos o grande poder transformador da região e se inserir como parte integrante dos acontecimentos, pois possibilita demonstrar a sensibilidade e enaltecer a grande vitória legada aos que lutaram contra as companhias de terra. Demonstrar também que o progresso apenas aconteceu porque rio-grandenses e catarinenses instalaram-se na região, despertando o lado heroico dos descendentes daqueles que migraram para região na época e demonstrando o quão importante foram para o desenvolvimento da região de hoje.

Os monumentos estudados deixam claro as afirmações acima, pois o Monumento ao Pioneiro de Capanema apresenta como o verdadeiro dono do progresso aqueles sulistas que aqui se instalaram. Já o monumento das Sete Cruzes de Pranchita demonstra que com o sangue derramado por aqueles que lutaram contra as companhias, legou-se a paz progressista instalada na região.

Concluiu-se aqui a análise da revolta dos Posseiros no Sudoeste do Paraná, analisando os fatos ocorridos na fronteira, por meio da observação dos monumentos. No sentido de que

foram construídos a partir da memória coletiva, pode-se observar que não há reivindicação daqueles que realmente participaram dos fatos, mas daqueles que querem demonstrar uma grande sensibilidade a eles, buscando para si este olhar no sentido de colher os louros advindos de tal homenagem.

Os monumentos se tornam documentos históricos e de análise, portando vários olhares. São feitos a partir do mesmo monumento, o trabalho foi direcionado para que, com a construção do monumento, fossem perseguidos dividendos políticos. Já que construir um monumento é demonstrar a importância dos fatos ocorridos para se obter o progresso da região.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. *Transformações na vida camponesa: o Sudoeste paranaense*. São Paulo, 1981. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais, USP.

ARRUDA, Gilmar. *História, historiadores, regiões e fronteiras, História: debates e tendências*. Programa de Pós Graduação em História. Passo Fundo: Editora UPF. v. 3, n. 2 – Dezembro/2002, p.46-63.

AUTH, Ilmar Antônio. *As histórias dos pioneiros contadas por eles mesmos: Ilmar Antônio Auth, 1957*. Santo Antônio do Sudoeste. Paraná – Brasil, 2007.

BONETI, Lindomar Wessler. A exclusão social dos caboclos do Sudoeste do Paraná. In: ZARTH, Paulo (Org.) *Os caminhos da Exclusão Social*. Ijuí: Editora Unijuí, 1998.

BOURDIEU, Pierre. *Coisas Ditas*. São Paulo: Brasiliense, 1990, p: 149-168: Espaço Social e Poder Simbólico.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre prática e representações* 2ª Ed. Rio Janeiro, 2002.

_____. O Mundo como Representação. In: *Revista dos Annales*, n.º 6, p 1505-1520.

COLNAGHI, Maria Cristina. *Colonos e Poder a Luta pela terra no Sudoeste do Paraná*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Paraná/PR,1984.

COSTA, Wanderley M da. *O Estado e as políticas territoriais no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1988.

ELIAS, Norbert; e SCOTSON, John. L. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma comunidade*. Tradução de Vera Ribeiro; tradução do posfácio à edição alemã de Pedro Sússekind. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000, p. 224.

GOLIN, Tau. *A Fronteira: Governos e movimentos espontâneos na fixação dos limites do Brasil com o Uruguai e a Argentina*. Porto Alegre: L&PM, 2002.

GOMES, Iria Zanoni. *1957 A Revolta dos Posseiros*. Curitiba: Edições CRIAR, 1986.

GOMES, Roberto. *Os dias do Demônio*. Curitiba, 2001.

HEINSFELD, Adelar. *Fronteira Brasil/Argentina: a Questão de Palmas – de Alexandre Gusmão a Rio Branco*. Passo Fundo: Méritos, 2007.

_____. *Pensamento Geopolítico: da geopolítica clássica as novas geopolíticas*. Passo Fundo: Clio Livros, 2008.

LAZIER, Hermogenes. *Francisco Beltrão; 25 anos*. Francisco Beltrão: Ed. Folha do Sudoeste – Edição Histórica Comemorativa, 1978. P. 8-23.

_____. *Análise histórica da posse da terra no Sudoeste Paranaense*. 2ª ed. Francisco Beltrão: Gráfica Editorial Ltda, 1997.

MARTINS, Rubens da Silva. *Entre Jagunços e Posseiros*. Curitiba, 2ª Ed., 1986.

MONDARDO, Marcos Leandro. *A dinâmica migratória do Paraná: o caso da região Sudoeste ao longo do século XX*. R.bras. Est. Pop. Rio de Janeiro, v. 28 n. 1 p 103-131, jan./jun.2011.

NADALIN, Sergio Odilon. *Paraná: ocupação do território, população e migrantes*. Curitiba: SEED, 2001.

_____. *Paraná: ocupação do território, população e migrações*. Curitiba: SEED, 2001.

OLIVEIRA, Dennison de. *Urbanização e Industrialização no Paraná*. Curitiba: SEED, 2001.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v.5, n. 10, p. 200-212, 1992. Disponível em: <http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/104.pdf>. Acesso em 10 de Julho 2013.

_____. Memória Esquecimento, Silêncio. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p.3-15, 1992. Disponível em: <http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/104.pdf>. Acesso em 10 de Julho 2013.

SCHMITZ, Nilza Maria Hoinatz. *Povoamento, Trabalho e Luta: A Questão da Terra no Sudoeste do Paraná. 1943-1962*. Dissertação de Mestrado. Universidade de Passo Fundo, 2005.

VOLTOLINI, Sítio. *Retorno 2. Pato Branco*. 2ª ed. Curitiba; Imprensa oficial do Paraná – Coleção Brasil Diferente, 2002.

WACHOWICZ, Ruy Christovam. *Paraná Sudoeste: Ocupação e Colonização*. 2ª Ed. Curitiba, Ed. Vicentina. 1985, p.150.

_____. *Paraná, Sudoeste: Ocupação e Colonização*. 2ª Ed., Curitiba: Ed: Vicentina, 1987.

FONTES

Acervo do Departamento de Cultura de Pranchita.

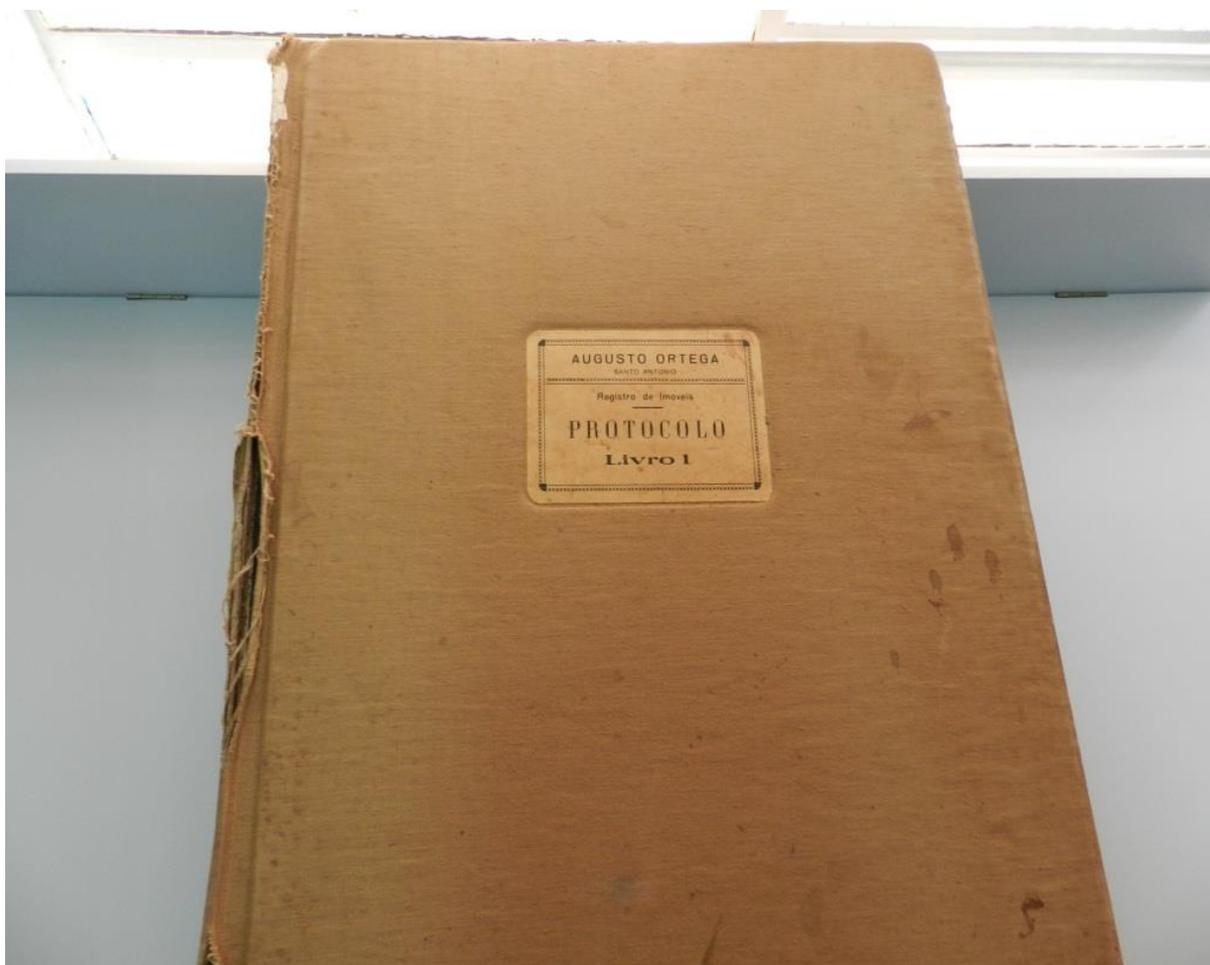
Acervo do Departamento de licitação Prefeitura de Capanema.

JORNAL DE BELTRÃO, 10/10/2007, *O tempo da Revolta: Lembranças de quem viveu.*

Santo Antônio do Sudoeste, *Sua gente, sua história, 2009.*

Acervo do Departamento de Cultura de Santo Antônio do Sudoeste.

ANEXOS



Anexo 01 - Capa do Primeiro Livro do Cartório de Registro de Imóveis de Santo Antônio do Sudoeste onde foi transcrita e registrada a escritura em nome da CITLA.

Fonte: Cartório de registro de Imóveis de Santo Antônio do Sudoeste, 2013.

Termo de Abertura.

Por este termo, fica aberto o presente livro, destinado ao apontamento de títulos a serem registrados, no Registro de Imóveis desta Comarca, contendo trezentos folhos, os quais levam a rubrica Atos, que é do meu reg., e seicentas paginas numeradas tipograficamente, sendo encerrado a final.

Santo Antonio, 14 de dezembro de 1954.

Sim Receiros
Juiz de Direito.

Anexo 02: Termo de Abertura do Livro de Registro de Escritura do Cartório de Registro de Imóveis de Santo Antônio do Sudoeste.

Fonte: Cartório de registro de Imóveis de Santo Antônio do Sudoeste, 2013.

54 Livro 1

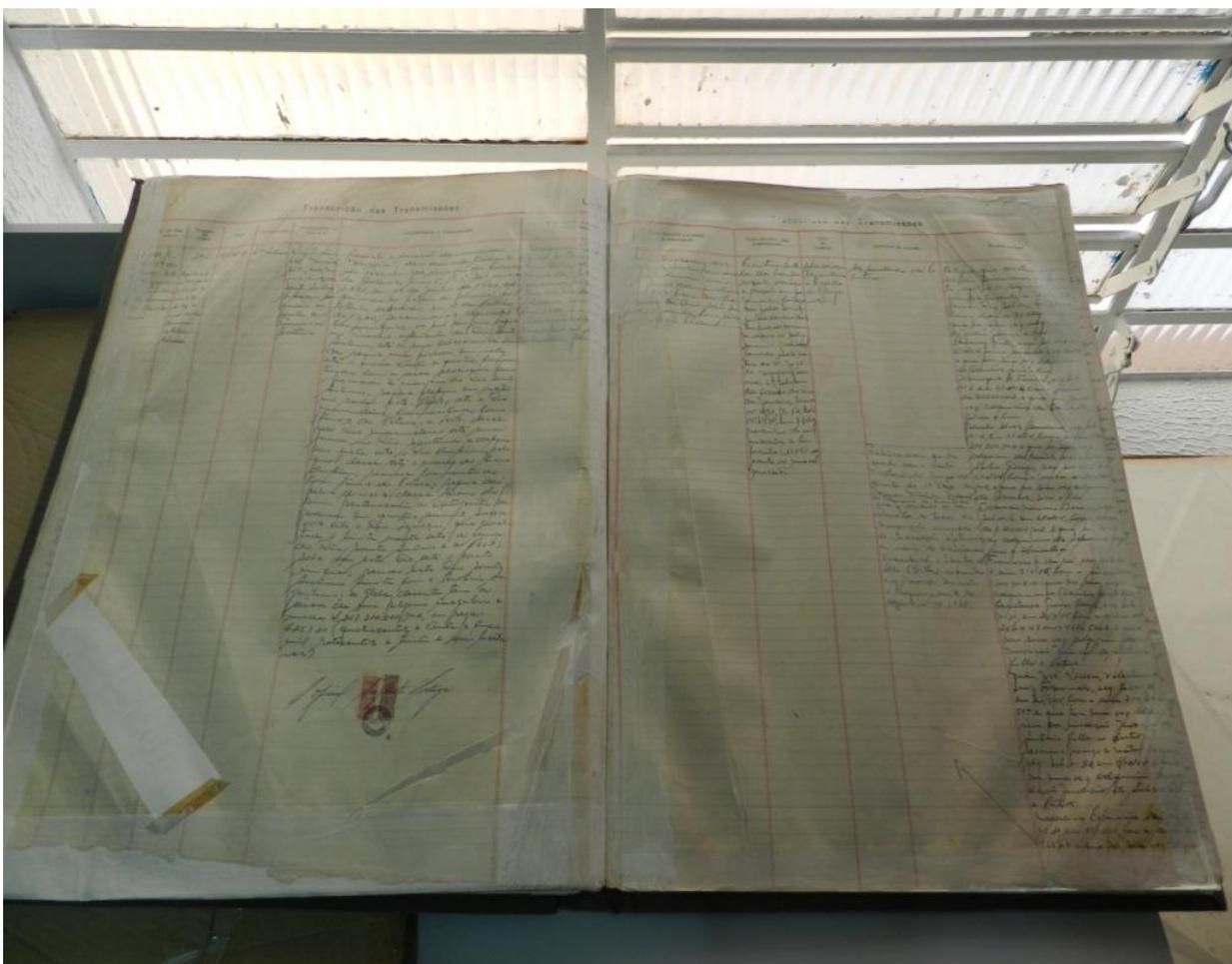
Ano 1756

Anotações e Averbacões

Numero da ordem	Mês	Dia	Nome do apresentante	Qualidade do título	
295	maio	30	Paqueta / Fery	Carta de doação n. 166 feita em 24 de julho de 1756, em nome de Paqueta Fery, filha de João Fery e Maria Fery, com 20 anos de idade, em 1756.	Registrado no livro n. 3 p. 93 fol. n. 285
296	maio	30	Paqueta / Fery	Carta de doação n. 167 feita em 24 de julho de 1756, em nome de Paqueta Fery, filha de João Fery e Maria Fery, com 20 anos de idade, em 1756.	Registrado no livro n. 3 p. 93 fol. n. 286
297	maio	30	Paqueta / Fery	Carta de doação n. 168 feita em 24 de julho de 1756, em nome de Paqueta Fery, filha de João Fery e Maria Fery, com 20 anos de idade, em 1756.	Registrado no livro n. 3 p. 93 fol. n. 287
298	Dezembro	1º	Paqueta / Fery	Carta de doação n. 169 feita em 24 de julho de 1756, em nome de Paqueta Fery, filha de João Fery e Maria Fery, com 20 anos de idade, em 1756.	Registrado no livro n. 2 p. 94 fol. n. 288 Certifico que foi o Registro em livro legal O Oficial Augusto Fery
299	Dezembro	1º	Paqueta / Fery	Carta de doação n. 170 feita em 24 de julho de 1756, em nome de Paqueta Fery, filha de João Fery e Maria Fery, com 20 anos de idade, em 1756.	Registrado no livro n. 3 p. 94 fol. n. 289 Certifico que foi o Registro em livro legal O Oficial Augusto Fery
300	Dezembro	4	Cláudio de Souza / Fery	Escritura de compra e venda de um terreno de 17 de dezembro de 1750, registrado no livro n. 2 p. 95 fol. n. 290	Registrado no livro n. 2 p. 95 fol. n. 290

Anexo 03: Página onde foi transcrita a escritura em nome da CITLA.

Fonte: Cartório de registro de Imóveis de Santo Antônio do Sudoeste, 2013.



Anexo 04: Escritura transcrita para a CITLA com suas averbações e cancelamentos na íntegra.

Fonte: Cartório de Registro de Imóveis de Santo Antônio do Sudoeste, 2013.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

REGISTRO DE IMÓVEIS

COMARCA DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE - PR
C.G.C.: 77.880.102.0001-73 - FONE (46) 3563-1630

Bel. Ubirajara Pedro C. Corrêa
Agente Delegado
CPF: 153.375.539-68

Maria Marlene K. Corrêa
Escrivente
CPF: 332.418.809-15

Antonio Duarte Nunes
Escrivente
CPF: 502.956.4 09-87

CERTIDÃO

CERTIFICO que, às fls. 95 do Livro 3 de Transcrição das Transmissões deste Ofício, foi efetuada a transcrição do teor seguinte:

NÚMERO DO REGISTRO ANTERIOR: 2.141, fls.38 e 39 do livro 3-B do Registro de Imóveis da Comarca de Clevelândia.

NÚMERO DE ORDEM: 290;

DATA: 04/12/1956.

CIRCUNSCRIÇÃO: Santo Antonio;

DENOMINAÇÃO OU RUA E N.º RURAL IMÓVEL “MISSÕES”, sito nos Municípios de Santo Antonio, Capanema, Barracão e parte em Francisco Beltrão; **CARACTERÍSTICAS E CONFRONTAÇÕES:** Consta o imóvel denominado “Missões” devidamente transcrito no Registro de Imóveis da Comarca de Palmas, livro 5, fls. 5 sob n.º1.381, em 19 de junho de 1.922, adquirida do Estado do Paraná, por Título expedido em 1º de Outubro de 1.920, possuindo as seguintes confrontações: **SUL:** Por um pequeno Riacho afluente do Rio Santo Antonio, até a sua cabeceira de onde segue uma picada em reta até o marco vinte e quatro, confrontando com a área reservada para o Povoado à margem do Rio Santo Antonio, segue depois em reta no rumo Este – Oeste, até o Rio Marmeleiro, confrontando com terras do Estado; **LESTE:** Desce pelo Rio Marmeleiro até sua curva no Rio Santana e depois por este até o Rio Chopim, pelo qual desce até o marco do terreno Chopim, sempre confrontando com terras do Estado, segue daí pelas divisas desse terreno Chopim pertencente a outorgante pagadora em quatro ramos sucessivos até o Rio Iguaçu, que constitui o limite norte até a curva do Rio Santo Antonio; e a **OESTE:** Sobe por este Rio até o ponto inicial, sendo este Rio Santo Antonio limite com o território Argentino. A gleba descrita tem a área de um polígono irregular e mede 4.257.310.000m², ou seja 425.731 (quatrocentos e vinte e cinco mil setecentos e trinta e um hectares); **ADQUIRENTE:** **CLEVELANDIA INDUSTRIAL E TERRITORIAL LIMITADA**, abreviadamente “Citra” sociedade por quotas de Responsabilidade Limitada, com sede em São Francisco de Sales, Município de Clevelândia, Paraná; **TRANSMITENTE:** Superintendência das Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional como administradora social dos seus bens, da Cia Estrada de Ferro São Paulo Rio Grande, com Sede no Distrito Federal; **FORMA DO TÍTULO, DATA E SERVENTUÁRIO:** Escritura Pública de Composição, Acordo e Dação em pagamento, outorgada pela Superintendência das Empresas incorporadas no patrimônio Nacional lavrada nas Notas do Dr. José de Segadas Viana, 6º Tabelião da cidade do Rio de Janeiro, livro n.º491, fls. 14 sob n.º6.930, em 17 de Novembro de mil novecentos e cinquenta (1950) referente ao imóvel “Missões”; **VALOR DO CONTRATO:** Cr\$ 10.300.000,00 (dez milhões e trezentos mil cruzeiros); **CONDIÇÕES DO CONTRATO:** As constantes da Escritura; **AVERBAÇÕES:** Certifico que existem registros com prioridade no presente registro os seguintes imóveis pertencente a: Joelle Steffenon Reg. Sob n.º1 em 06/12/1954, com a área de 75 alqueires e que por sua vez adquiriu de Julio Giongo e s/m; Thomaz Rech reg. Sob n.º2 em 06/12/1954, com a área de 1.021.400m² e que por sua vez adquiriu de Dambros, Piva e Cia; Henrique B. Fausel, reg. Sob n.º3 em 06/12/1954, com a área de 250.000m² e que por sua vez adquiriu de Dambros, Piva e Cia; Paulo Alves Bandeira, reg. Sob n.º4, em 06/12/1954, com a área de 380.200m² e que por sua vez adquiriu de Dambros, Piva e Cia; Abílio Giongo reg. Sob n.º5 em 06/12/1954, com a área de 264.500m², e que por sua vez

Registro de Imóveis
Comarca de
Santo Antonio do Sudoeste - PR

Registro de Imóveis
Comarca de
Santo Antonio do Sudoeste - PR

Anexo 05: Certidão da escritura da Gleba Missões, p. 01.

Fonte: Cartório de Registro de Imóveis de Santo Antônio do Sudoeste, 2013.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

REGISTRO DE IMÓVEIS

COMARCA DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE - PR

C.G.C.: 77.880.102.0001-73 - FONE (46) 3563-1630

Bel. Ubirajara Pedro C. Corrêa
Agente Delegado
CPF: 153.375.539-68

Maria Marlene K. Corrêa
Escrevente
CPF: 332.418.809-15

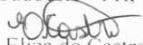
Antonio Duarte Nunes
Escrevente
CPF: 502.956.4 09-87

Cont.(fls.01)

adquiriu de Dambros, Piva e Cia; Fidencio Mariano Fassini, reg. n.º6 em 06/12/1954, com a área de 1.210.000m², e que por sua vez adquiriu de Sepriano Pezini e s/ mulher; Francisco P. de Sá reg. sob n.º7 em 07/03/1955, com a área de 1.000m² e que por sua vez adquiriu de Dambros, Piva e Cia; Constança Grassi Canzi, reg. sob n.º11 em 30/07/1955, com a área de 24há 47 ares e 4386 cm² e que por sua vez adquiriu por medição Judicial a Antonio Colla e outros; João José Ricieri, Valentin e Luiz Faquinello, reg. sob n.º12 em 30/07/1955, com a área de 779há e 84^a e que por sua vez adquiriu por medição Judicial de Antonio Colla e outros; Severino Giongo e Natal Pezzini reg. sob n.º28 em 07/12/1955 e que por sua vez adquiriu por medição judicial de Antonio Colla e outros; Madeireira Esperança Ltda reg. sob n.º31 em 17/12/1955, com a área de 538há e que por sua vez adquiriu por medição judicial de Antonio Colla e outros; Prefeitura Municipal de Capanema reg. sob n.º32, em 02/02/56, com a área de 25.000.306m² e que por sua vez adquiriu do Governo do Estado do Paraná; Pinho e Terras Ltda reg. sob n.º88 em 09/03/1956, com a área de 10.000 alqueires, e que por sua vez adquiriu da Superintendência das Empresas Incorporadas ao patrimônio nacional; Pinho de Terras Ltda reg. sob n.º89 em 09/03/1956 com a área de 1.500 alqueires, e que por sua vez adquiriu da Superintendência Empresa Incorporadas ao patrimônio Nacional; Exportadora Cereais Paranaense SA, reg. sob vários n.º5 com uma área de total de 3.567,2há (três mil quinhentos e sessenta e sete hectares e 2 ares) e que por sua vez adquiriu de diversas pessoas jurídicas; Dambros, Piva e Cia reg. sob n.º288 em 01/12/1956 com 75.334.707m² e que por sua vez adquiriu de S.A Ierma Companhia Financeira Industrial, Comercial; Dambros, Piva e Cia, reg.289, em 01/12/1956, com a área de 1.860.537m² e que por sua vez adquiriu de S.A Ierma Companhia Financeira Industrial Comercial; Certifico ainda que pela cláusula 8ª da Escritura lavrada nas Notas do 6º Ofício da cidade do Rio de Janeiro, livro 491, fls. 14 em 17 de Novembro de 1950, ficou reservada a área de 88.952 hectares, a ser destacada do presente registro e destinada a faixa de Fronteira, conforme planta aprovada em 1º de Outubro de 1920, pelo Dr. Francisco Gutierrez Beltrão, chefe de terras do Paraná; Certifico mais que de acordo com a Carta Precatória do Juízo de direito da 1ª Vara da Fazenda Pública Federal da Comarca de Curitiba, fica procedido os cancelamentos de todas as transcrições oriundas de transações efetuadas em nome de Clevelandia Industrial e Territorial Ltda (Citla), referentes aos Imóveis Missões e Chopim, em 04 de Dezembro de 1962. Custas: 67,00VRC - R\$ 9,48. Selo Funarpen R\$2,69.

O referido é verdade e dou fé.

Santo Antonio do Sudoeste - PR, 20 NOV. 2013


Eliza de Castro
Escrevente



Anexo 06: Certidão da escritura da Gleba Missões, p. 02.

Fonte: Cartório de Registro de Imóveis de Santo Antônio do Sudoeste, 2013.